

--- N.º 4/2014 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE. -----

--- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e catorze, nesta Cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no Salão da Assembleia Municipal nos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte:-----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

---**PRIMEIRO** - Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. (Grelha D) -----

---**SEGUNDO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a contratação de um empréstimo de médio longo prazo no montante de 1.000.000,00 €, por um período de 10 anos, ao Banco Santander Totta S.A., nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**TERCEIRO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para:-----

- Definição em 0,35% da taxa a incidir sobre os prédios urbanos para efeitos do Imposto Municipal sobre imóveis, referente ao ano de 2014 a ser cobrado em 2015.-----

- Definição em 5% da participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Vila Nova de Famalicão, referente aos rendimentos do ano de 2015. -----

- Lançamento de uma derrama de 1,2%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, relativa ao ano de 2014.-----

- Isenção de uma derrama de IRC, relativa ao ano de 2014, os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, nos termos do n.º 4 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. (Grelha D) -----

---**QUARTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização de celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências anexo, nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**QUINTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção de compromisso plurianual decorrente do protocolo de colaboração entre o Município de Vila Nova de Famalicão e a Associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social, nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**SEXTO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a assunção de compromisso plurianual decorrente da transação que se pretende celebrar no âmbito da ação de processo sumário 3994/11.7TJVN, nos termos do ponto 5 da respetiva proposta. (Grelha E)

---**SÉTIMO**- Apreciação da proposta da Câmara Municipal relativamente à declaração de relevante interesse público municipal da requerente Mais Plural – Cooperativa de Solidariedade Social de Apoio a Crianças, Jovens e Idosos, CRL, nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**OITAVO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativamente à declaração de relevante interesse público municipal da requerente ORTIGAMAR – Comércio de Bens Alimentares, Limitada, nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**NONO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais, transferências para as Freguesias, no valor global de 260.580,84 € para os anos 2015, 2016 e 2017, nos termos da respetiva proposta. (Grelha E) -----

---**DÉCIMO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual, no montante global de 225.000,00 €, para apoio à concretização de obras de melhoramento e instalação de relvado sintético do Grupo Desportivo de Fradelos, nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---**DÉCIMO PRIMEIRO**- Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual, no montante global de 190.000,00 €, para apoio à concretização de obras de melhoramento e instalação de relvado sintético do Grupo Desportivo de Bairro, nos termos da respetiva proposta. (Grelha E)-----

---A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO MARTINS MOTA -----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA-----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

---ALFREDO AUGUSTO MORAIS LIMA -----

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA-----

---ANDRÉ FILIPE PINHEIRO MOREIRA COSTA-----

---ANDRÉ MANUEL SALDANHA FERNANDES-----

---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA -----

---ANTÓNIO FERNANDO ABREU SOUSA-----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----

---ANTÓNIO FERREIRA DE MATOS---**FALTOU-JUSTIFICOU**-----

---ANTÓNIO JOSÉ VIEIRA AMARAL-----

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----
---AVELINO ALMEIDA MACHADO SILVA REIS-----
---AVELINO FREITAS SILVA-----
---BRUNO SILVA CAMPOS-----
---CÂNDIDA JESUS SILVA VELOSO-----
---CARLA SOFIA SANTANA AFONSO R. FARIA-----
---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES-----
---CARLOS FERNANDO SILVA CARVALHO-----
---CIDÁLIA CONCEIÇÃO FARIA COSTA ARAÚJO-----
---DOMINGOS SOUSA COSTA-----
---DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO-----
---FERNANDO RIBEIRO MONIZ---**FALTOU-JUSTIFICOU**-----
---FIRMINO VILA VERDE COSTA-----
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO-----
---HELDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA-----
---HILÁRIO MANUEL RIBEIRO PINTO CAMPOS-----
---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO-----
---JOÃO CARLOS FERREIRA MACHADO---**FALTOU**-----
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA-----
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA MELO-----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO ARAÚJO-----
---JOAQUIM MARTINS RODRIGUES-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
---LURDES OLIVEIRA FERNANDES-----
---MANUEL AZEVEDO SILVA-----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO-----
---MANUEL MARTINS COSTA-----

---MANUEL OLIVEIRA SANTOS -----
 ---MANUEL SILVA ALVES-----
 ---MARIA ESPERANÇA DIAS F. OLIVEIRA-----
 ---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----
 ---MARIA JOSÉ FERNANDES BARBOSA -----
 ---MÁRIO JORGE MOREIRA FERNANDES-----
 ---NUNO ANDRÉ ARAÚJO SANTOS REIS SÁ---**FALTOU-JUSTIFICOU** -----
 ---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----
 ---PAULO ALEXANDRE OLIVEIRA MOREIRA SILVA -----
 ---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
 ---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA-----
 ---PAULO JORGE LOPES COELHO -----
 ---RAQUEL ALMEIDA PINTO -----
 ---RAÚL DUARTE AGUIAR TAVARES BASTOS---**FALTOU-JUSTIFICOU** -----
 ---RITA ISABEL AZEVEDO SOUSA CRUZ -----
 ---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA -----
 ---RUI MANUEL GUIMARÃES RODRIGUES-----
 ---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----
 ---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA -----
 ---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----
 ---VITOR TORRES PEREIRA-----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO** –

Deu início á sessão, dando conhecimento que, deram entrada na Mesa seis documentos compostos por dois votos de recomendação, uma moção, um voto de pesar e dois votos de congratulação. Propôs o término da sessão para as zero horas e trinta minutos.-----

---***Posta à votação a Ata de 20 de junho de dois mil e catorze, foi a mesma aprovada, por unanimidade.***-----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Fez a leitura da proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU que é do seguinte teor:-----

---“Considerando que já no final do ano letivo 2013/14, o Governo negociou com uma dúzia de autarquias um processo de transferência para os municípios de mais e novas responsabilidades em matéria de Educação: gestão curricular, gestão pedagógica, gestão de recursos humanos, gestão

financeira, gestão de equipamentos e infraestruturas, incluindo o que já se encontra hoje transferido. Daqui decorre que o Executivo PSD/CDS quer atribuir às câmaras municipais a responsabilidade de gestão do pessoal docente e não docente – salários, carreiras, concursos, ação disciplinar, avaliação –, e que as escolas e os seus órgãos perdem todos os seus parcos poderes de gestão, em todas as áreas da sua vida e funcionamento. -----

---Considerando que o Município de Vila Nova de Famalicão é um dos que integra no ano de 2014/2015 uma experiência piloto de municipalização da educação;

---Considerando que o Governo quer passar para as autarquias o odioso da decisão de dispensar/despedir professores e educadores por via de um «estímulo» de 12 500 euros por cada um dos que seja reduzido/despedido em cada concelho, como fica claro em um documento sobre o «modelos de financiamento» do processo de contratualização, aplicando o chamado fator de eficiência, com uma fórmula que divide a meio, entre o Governo e as Câmaras Municipais, o valor poupado.-----

---Considerando que quando a preparação desta «tramoia» foi divulgada, o ministro da Educação veio afirmar que, por enquanto, esta matéria não será incluída na contratualização com as autarquias, ou seja evitando matérias polémicas em ano eleitoral.-----

---Considerando que o Executivo PSD/CDS pretende atingir, na Educação dois objetivos políticos e ideológicos: colocar a Educação no mercado fazendo dela cada vez mais um negócio e, por outro lado, reduzir o investimento do Estado na Educação e que os instrumentos para alcançar estes objetivos estão explicitados no documento sobre a chamada Reforma do Estado, aprovado em Conselho de Ministros: mais contratos com colégios privados, privatização das escolas públicas com as chamadas «escolas independentes» e transferência de mais responsabilidades para as autarquias. ---
Conhecendo-se as dificuldades financeiras de muitas autarquias e a complexidade que envolve a gestão das dezenas ou mesmo centenas de escolas existentes nalguns concelhos, é fácil antecipar a contratualização/privatização das escolas que muitas câmaras municipais desenvolverão. Foi assim com questões bem mais pequenas e de menor complexidade – Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), refeitórios e refeições das crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico, limpeza das escolas.-----

---Considerando que o Governo PSD/CDS quer fazer da Educação um grande negócio e o processo de municipalização é apenas um dos instrumentos para atingir esse objetivo. -----

A Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, reunida no dia 25/09/2014, delibera: -----

-Rejeitar o processo de municipalização da educação; -----

-Recomendar à Câmara Municipal que denuncie a experiência piloto que o Governo quer impor no concelho; -----

-Enviar esta moção para os grupos parlamentares, para o Ministério da Educação e para a Comunicação Social.”-----

---**CÂNDIDA VELOSO (PSD)** - Fez a leitura do voto de congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do PSD que é do seguinte teor:-----

---“ O Grupo Municipal do PSD congratula-se com a participação de todos os famalicenses nas doações que fizeram para o Banco de livros Escolares. Dado o elevado número de cidadãos e instituições que se associaram a este movimento cívico, partilhado, e que este ano teve um aumento de cerca de 60% de dádivas, reconhece-se a participação, o enorme esforço e o empenho de todos eles neste programa da autarquia que, num grande movimento de solidariedade e de ação cívica, ajudaram muitas famílias carenciadas na aquisição de livros escolares. Foram as juntas de freguesia, as associações, as paróquias, as escolas, associação de pais, entre muitos outros cidadãos, que colaboraram neste programa da autarquia. -----

---Por isso, o Grupo Municipal do PSD apresenta este Voto de Congratulação que pretende distinguir o trabalho realizado e, se possível, incentivar que mais pessoas e instituições possam participar.” -----

---**CIDÁLIA ARAÚJO (PS)** – Fez a leitura do voto de pesar apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista que é do seguinte teor:-----

---“ O Grupo Municipal do Partido Socialista não pode deixar de ressaltar a enorme perda para Riba de Ave, para Famalicão, para o Partido de Socialista e para esta Assembleia, com o falecimento de José Lopes.-----

Para além de Deputado à Assembleia Municipal e membro da Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave, era uma referência na firmeza das suas convicções e na nobreza de carácter. Com a sua simplicidade e solidariedade, sempre cativou os demais e recordá-lo-emos com enorme saudade.

Face ao exposto, é com elementar justiça e reconhecimento que propomos o voto de pesar pelo falecimento do Deputado José Lopes, expressando à família as sinceras condolências e cumprindo um minuto de silêncio em sua homenagem.” -----

---**CARLA FARIA (PS)** – Fez a leitura do voto de recomendação apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista que é do seguinte teor: -----

---“ No dia 9 de Julho o município assinalou o 29º aniversário de elevação a cidade, O Dia Da Cidade, no qual o município aproveita, e bem, para prestar homenagem pública a todas as pessoas e instituições que contribuem para a projeção e prestígio da cidade. Neste sentido, e por se tratar de uma homenagem, o Partido Socialista e os famalicenses não conseguiram entender os critérios de atribuição de alguns dos habituais galardões.-----

Ou seja, considerando que todos os autarcas contribuíram para a projeção e prestígio do nosso

concelho, não conseguimos entender por que razão não se homenageou todos os autarcas que exerceram funções pós 25 de abril (e que não tenham sido ainda galardoados), nomeadamente todos os ex-presidentes da Câmara Municipal; e todos os ex-presidentes da Junta de freguesia que tenham completado 12 anos de mandato. (Pois, não conseguimos perceber o que distingue um Presidente de Junta que terminou o seu mandato em 2009 e o que terminou em 2013.) É de se lamentar que se tenha assistido, através de um ato solene, a uma discriminação negativa para quem também contribuiu para o desenvolvimento de Famalicão, para quem tanto deu para o seu crescimento.

Se o Município pretendia com esta homenagem “promover o reforço da identidade local, contribuir para o fortalecimento dos valores da cidadania, assegurar a valorização da memória histórica e incentivar a consciencialização coletiva para a relevância do desenvolvimento sustentável”, não foi o que aconteceu. Antes pelo contrário, ao invés de valorização da memória histórica, parece estar a existir um branqueamento daqueles que contribuíram para história da cidade. -----

Tratou-se de uma atitude de exclusão que não dignificou, de todo, a homenagem merecida dos 31 cidadãos e das 19 instituições, inclusive, retira toda a solenidade ao ato, de quem teve o mérito de servir a população. -----

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem propor que a Assembleia Municipal aprove um voto de recomendação, no sentido de que esta Câmara Municipal para o próximo ano, no Dia da Cidade, na habitual homenagem a personalidades e entidades da vida municipal, atribua medalhas de mérito da autarquia a todos os que desempenharam as funções de presidente de junta e que tenham completado 12 anos de mandato e Medalha de Cidadão Honorário a todos os ex. presidentes da CM, desde a “revolução dos cravos” (e que não tenham sido ainda galardoados).” -----

---**RITA LIMA (CDS)** – Fez a leitura do voto de congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP que é do seguinte teor:-----

---“ Numa época em que o Estado e as instituições parecem distantes e inacessíveis, a democracia participativa pode parecer uma ideia romântica de esperança. No entanto, é essencial para o futuro da democracia portuguesa que se desenvolvam formas de despertar os cidadãos, e de os incentivar a uma maior participação. -----

---Os sistemas participativos tornam os cidadãos mais informados, mais produtivos, e mais confiantes no governo, e podem fornecer ao Executivo melhores mecanismos de resposta na definição de prioridades e políticas que correspondam às verdadeiras preferências do povo. -----

---Assim, o grupo municipal do CDS-PP vem propor que a Assembleia Municipal delibere aprovar um voto de congratulação ao Executivo Municipal pela iniciativa “Famalicão Visão 25 – 25 ideias para o futuro”, e pelo apelo a todos os famalicenses para se envolverem na elaboração do Plano Estratégico 2014-2025. -----

---Os cidadãos que participarem no programa poderão ver o seu contributo na agenda pública e desenvolver um forte sentido de comunidade, com maior confiança no sistema político. Esta pode ser a chave para a revitalização da democracia.” -----

---**ADELINO MOTA (BE)** - Fez a leitura da moção apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda que é do seguinte teor:-----

---“ Não à privatização da EGF Empresa Geral do Fomento. -----

O setor da recolha e tratamento de resíduos tem uma importância central na sociedade, com sérias implicações na saúde pública e no ambiente. -----

A recolha e tratamento de resíduos constituem uma atribuição essencial dos Municípios, ao ponto de serem considerados serviços públicos essenciais, cuja manutenção importa assegurar, mesmo em caso de rutura financeira do Município.-----

O modelo privado de gestão de resíduos não apresenta quaisquer vantagens ao nível da eficiência face à gestão pública, conforme aponta um estudo financiado pela União Europeia. -----

A Empresa Geral do Fomento é a empresa pública responsável pelo setor dos resíduos, e tem participação maioritária no capital dos sistemas multimunicipais nesta área. -----

Esta empresa pública cobre 174 municípios entre eles o de V.N. Famalicão e servem uma população de 6,4 milhões de habitantes. A empresa domina assim, através destes sistemas, 65% do total nacional na área do tratamento dos resíduos urbanos.-----

A EGF é constituída por 11 empresas entre elas a RESINORTE de que o Município de Famalicão é acionista através da AMAVE que empregam diretamente 2 mil trabalhadores cujos postos de trabalho, retribuição e direitos têm de ser garantidos na sua totalidade, para que os 63% da população abrangida continuem a ser bem servidos. -----

A EGF é responsável por um serviço público essencial e trata-se de uma empresa pública lucrativa.

Nos últimos três anos, os lucros acumulados são na ordem dos 62 milhões de euros, movimentando anualmente 170 milhões de euros. -----

O grupo detém património avaliado em cerca de mil milhões de euros e tem realizado vários investimentos. Em 2012 esse investimento foi de 45 milhões de euros. -----

Atendendo ao lucro anual da EGF, ao seu património e à sua natureza monopolista, a opção pela privatização é negativa do ponto de vista económico.-----

O corolário desta privatização será o aumento das tarifas e a deterioração do serviço como outras privatizações, concessões e PPP’s têm mostrado. -----

O Conselho de Ministros aprovou o vencedor do concurso público de privatização de 95% do capital social da Empresa Geral de Fomento, S.A. (EGF), selecionando o Consórcio Suma, liderado pela Mota-Engil, como vencedor. -----

A experiência da Mota-Engil na gestão do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Vale do Ave SIRVA, em Riba de Ave com conflito permanente com a AMAVE que teve como consequência a continuidade dos maus cheiros inalados da central de compostagem, com graves prejuízos para a população de Riba de Ave e arredores, é um mau indicador para o futuro se a privatização se concretizar. -----

A Assembleia Municipal de Vila Nova Famalicão reunida em Sessão Ordinária a 25 de setembro de 2014, delibera: -----

1 – Manifestar a sua discordância com a titularidade ou gestão privada dos sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos, apelando à Assembleia da República e ao Governo para que tomem medidas legislativas nesse sentido. -----

2 - Manifestar a sua discordância relativamente ao processo de privatização da EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., solicitando ao Governo a sua imediata suspensão. -----

3 - Defender a transferência para os Municípios, individualmente ou através de empresas intermunicipais, da gestão dos sistemas multimunicipais de resíduos geridos pelas empresas detidas pela EGF – Empresa Geral do Fomento, S.A., apelando à Assembleia da República e ao Governo para que tomem medidas legislativas nesse sentido. -----

Remeter a presente Moção a Suas Excelências o Presidente da República, a Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, a Ministra de Estado e das Finanças, o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, o Secretário de Estado da Administração Local e aos Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República.” -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE Á EDUCAÇÃO, FOI A MESMA REJEITADA, COM TRINTA E OITO VOTOS CONTRA, DEZ ABSTENÇÕES E DOIS VOTOS A FAVOR. -----

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PSD RELATIVAMENTE AO BANCO DE LIVROS ESCOLARES, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E UM VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES. -----

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS RELATIVAMENTE AO FALECIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ LOPES, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----

---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO

MUNICIPAL DO CDS/PP RELATIVAMENTE Á INICIATIVA “FAMALICÃO VISÃO 25- 25 IDEIAS PARA O FUTURO”, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM SESENTA E UM VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.-----

--- POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE RECOMENDAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS RELATIVAMENTE AOS GALARDÕES DO DIA DA CIDADE, FOI O MESMO REJEITADO, COM QUARENTA E CINCO VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E CATORZE VOTOS A FAVOR.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE RELATIVAMENTE Á NÃO PRIVATIZAÇÃO DA EGF EMPRESA GERAL DO FOMENTO, FOI A MESMA REJEITADA, COM CINQUENTA E UM VOTOS CONTRA, DEZ ABSTENÇÕES E DOIS VOTOS A FAVOR.-----

---ÁLVARO OLIVEIRA (PSD) – Apresentou o sentido de voto do Grupo Municipal do PSD que é do seguinte teor:-----

---Venho aqui, para verbalmente indicar o sentido da votação do Grupo Municipal do PSD quanto ao voto de recomendação do Partido Socialista. De facto, o PSD nunca poderia votar favoravelmente uma recomendação com este teor, desde logo pelos seus considerandos, já que contrariamente ao Partido Socialista, entendemos que a homenagem que justamente foi prestada este ano aos autarcas é tudo menos indigna, e portanto, não poderemos comungar dessa opinião negativa que se fez à homenagem, e por outro lado, porque entendemos também que este tipo de recomendação para além de ser demasiado restritivo, peca não só pelas considerações, mas por omissões que afasta desde logo qualquer um dos senhores Deputados que exerça as suas funções nesta sala, que é a sala da democracia, e portanto, que não fica sequer previsto nesta recomendação como qualquer outro autarca, qualquer outro Presidente de Junta de Freguesia ou Membro da Assembleia de Freguesia, que não poderá ser homenageado já que só poderiam contar para tal os que fizessem 12 anos de mandato. Em tudo é preciso haver critérios, especialmente quando se está a homenagear e conceder mérito a cidadãos. Pensamos que esta proposta tem outros propósitos, que não homenageia quem deve ser homenageado, mas de achincalhar quem já o foi.-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD) -** Apresentou o sentido de voto do Grupo Municipal do PSD que é do seguinte teor:-----

---O Bloco de Esquerda trouxe a esta câmara o tema da não privatização da EGF sob a forma de moção. Devo dizer que, ao longo deste processo e tal como se verificou ainda esta noite, o Bloco de

Esquerda não teve razão até agora e mesmo hoje continua a demonstrar que não tem razão nenhuma ao longo de todo este processo. Não teve razão quando disse que a EGF ia ser vendida ao desbarato, hoje não disse, mas fartou-se de o dizer nos últimos tempos, e a verdade é que a proposta vencedora está muito acima daquilo que foi o processo da sua própria avaliação. Dizia-nos o Bloco de Esquerda, que esta era uma medida precursora da privatização das águas, não o disse hoje, mas disse-o nos últimos meses, e a verdade é que, a receita da alienação da EGF irá servir exatamente para amortizar a dívida das Águas de Portugal, contribuindo isso sim, para que as Águas de Portugal se mantenham na esfera pública. Disse o Bloco de Esquerda ao longo deste tempo, que o processo não ia chegar ao fim, hoje já pede a suspensão, o processo vai chegar ao fim! Diz-nos o Bloco de esquerda também, que esta não era uma solução, que a melhor solução é manter exatamente a EGF na esfera pública, mas o Bloco de Esquerda nunca o disse, nunca o disse porque ignora, e ignora de forma deliberada que isso acarreta inconvenientes para a própria EGF, não leva em linha de conta a falta de capacidade de investimentos futuros por parte da EGF, não leva em linha de conta a perpetuação das ineficiências que já existem e não leva em linha de conta a pressão que a manutenção desse “status quo” fará sobre as próprias contas públicas. Ainda hoje, o Bloco de Esquerda, nos falava dos lucros da EGF, os lucros milionários da EGF. Pois muito bem, se nós nunca contabilizarmos os prejuízos, naturalmente que dá sempre lucro! -----

Senhor Presidente, senhores Deputados, votamos contra esta moção, e votamos contra esta moção porque a mesma encerra não mais do que argumentos de natureza puramente ideológica, que respeitamos naturalmente, dos quais discordamos de todo. Para o Bloco de Esquerda, o Estado tem de fazer tudo, tem de fazer sempre tudo mesmo que faça tudo mal! -----

---Neste momento fez-se um minuto de silêncio pelo falecimento do senhor Deputado José Lopes. ---

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Deu início à ordem de trabalhos. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---**PRIMEIRO PONTO** – Informações do senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da mesma. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento. -----

---**ADELINO MOTA (BE)** – Senhor Presidente, ia começar por lamentar que a bancada do PSD, no período anterior, na discussão no período de Antes da Ordem do Dia sobre a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, não tivesse tido a coragem de cá vir discutir e contrariar e tivesse usado o argumento da intenção do voto para fazer, não vou dizer insinuações, no combate político da proposta apresentada quando tinha oportunidade para o fazer e para eu poder responder. Eu não o vou fazer fora da Ordem de Trabalhos com o respeito que me merece a Mesa da Assembleia, pelo respeito que merecem os senhores Deputados. Espero noutra altura quando eu cá

estiver colocar novamente a questão, ela ser discutida e tenho todo o gosto em discuti-la com o Grupo Municipal do PSD ou outro grupo qualquer. -----

Passando à questão que estamos a discutir, as informações do senhor Presidente da Câmara. Pegando nestas informações que o senhor Presidente aqui nos coloca, tem aqui uma questão que tem a ver com os locais de descargas clandestinas, a Câmara menciona uma série de locais de onde fez a recolha dos resíduos, eu apelava ao senhor Presidente da Câmara para fazer o mesmo na Freguesia de Riba D'Ave, no caminho municipal 1º de maio, já tive oportunidade de levantar aqui esta questão há uns anos e infelizmente ainda hoje essa situação se verifica. Portanto, fica aqui o apelo ao senhor Presidente da Câmara, que se diz extremamente preocupado com o ambiente, para que vá a Riba D'Ave e acabe com aquela lixeira, de facto Riba D'Ave teria também algum orgulho em pertencer ao Concelho. -----

Entrando agora na questão de perguntas, uma é relacionada com a questão que acabamos há pouco de discutir, tem a ver com a privatização da EGF. Segundo notícias públicas, a AMAVE, vai meter um processo contra a EGF, a Câmara Municipal é parte integrante da AMAVE e por este intermédio acionista da RESINORTE. O que eu perguntava ao senhor Presidente, era qual é o processo que a AMAVE vai executar, contra a RESINORTE, contra o Governo ou contra a EGF? Contra quem é que a AMAVE está a levantar o processo, e que tem a ver com a questão que há bocado aqui discutimos da privatização da EGF, gostaria que o senhor Presidente me esclarecesse. -----

A segunda questão, fez no passado dia 22 de setembro um ano, quem esteve na campanha eleitoral autárquica sabe, a Câmara Municipal deslocou-se a Riba D'Ave e colocou lá um outdoor a dizer, vamos ampliar as escolas de Riba D'Ave e fazer o Centro Escolar. Passado um ano ainda não foi feito nada. Eu perguntava ao senhor Presidente, o que é que a Câmara Municipal pensa, se tem algo projetado para ampliação e construção do Centro Escolar de Riba D'Ave. -----

A outra questão, tem a ver e infelizmente com Riba D'Ave também, tem a ver com a questão do cemitério. Como o senhor Presidente sabe, os cemitérios, a sua execução, o seu alargamento e a sua construção é da responsabilidade da Câmara Municipal. A Câmara Municipal anterior, decidiu passar a responsabilidade da execução do alargamento do cemitério de Riba D'Ave para a Junta de Freguesia, passaram-se os anos e ultimamente começaram algumas obras no cemitério, depois segundo consta, por uma providência cautelar, as obras do cemitério estiveram paradas, tornaram a retomar e neste momento estão novamente paradas. O que eu pergunto à Câmara Municipal, porque considero que, a Câmara Municipal, por imposição da lei é responsável pela construção, pelo alargamento dos cemitérios, qual é o ponto concreto do cemitério de Riba D'Ave? E o que é que a Câmara Municipal pensa fazer para implementar o mais rapidamente possível aquela obra em Riba D'Ave e que é mais do que necessária. Só referir de que infelizmente, até na morte os pobres no

cemitério são marginalizados, foram enterrados no fundo de umas escadas porque não há onde os enterrar.-----

---**VITOR PEREIRA (PS)** – Todos os dias a caminho do trabalho, eu passo pela minha antiga escola, a Camilo Castelo Branco, gosto de passar por lá, depois aqueles miúdos todos a entrar, a sair e depois todos no Parque da Juventude. Lembro-me do tempo em que eu também, enfim era um pouco mais novo do que sou hoje, andava por lá também à procura de um sentido para isto tudo e na secreta esperança de que a escola me pudesse ajudar a perceber isso mesmo. A Educação tem isso, é a promessa de que temos uma oportunidade de escapar às barreiras de classe e à nossa condição de nascimento. A Educação permite a aspirar a mais e hoje, vivemos num mundo em que as competências essenciais são as do conhecimento, com estas revoluções todas da tecnologia, da informação, toda esta nova economia, os nossos alunos aqui enfim, competem não só com os portugueses todos, com os europeus todos, como com toda a gente do mundo, se pensarmos que há imensos trabalhos que estão ao dispor de todos desde que tenham um computador ligado à internet, e nessa medida até competimos com jovens indianos, jovens chineses e jovens de todo o lado, os empregos efetivamente globalizaram-se e a educação provou-se mais do que nunca uma ferramenta indispensável. E fui consultar alguns dados do INE e infelizmente, parece-nos que, o nosso Município parte de uma situação de grande desvantagem em matéria de educação, partimos realmente de níveis muito indesejáveis, mas é claro que já foi feito um longo caminho desde o 25 de abril, a massificação na escola, as condições físicas das escolas alteraram-se muito nos equipamentos, naturalmente isso foi tudo um processo muito vantajoso para todos, mas continuamos a ter indicadores de que a evolução foi francamente modesta, para não dizer pura e simplesmente desfavorável. Dados de 2011, indicam que a nossa comunidade tem uma taxa de escolaridade determinadamente baixa, 75% da população residente com mais de 15 anos não tem para além do 9º ano de escolaridade. Temos 10% da população com curso superior, o que enfim comparado com Braga que anda nos 20%, Porto 25%, Lisboa tem 31% que também não é propriamente um resultado brilhante. Também nos resultados de 2011, o abandono escolar em Famalicão cifrava-se nos 25,75%, estamos a falar de mais de um quarto da população. Como se isto não bastasse em termos de cenário, consultei o ranking das escolas, fui ao jornal “O Público” e o ranking em 2013 do cenário virou ainda mais preocupante. Constatei e vem publicado no jornal “O Público” que o ranking das escolas em matéria de ensino secundário, isto é um ranking feito a partir dos resultados dos exames nacionais dos nossos alunos, e na categoria de ensino secundário num universo de 612 escolas em todo o território nacional, a minha escola, a escola que eu frequentei (Camilo Castelo Branco) qualificou-se em 305 lugar, a escola Padre Benjamim Salgado em 272 lugar e a escola D. Sancho 1º que acabou por ser a melhor pontuada no 195 lugar, em todo o caso, resultados

convenhamos que nos devem preocupar a todos. No ensino básico, alguns resultados interessantes, mas eu lembro-me aqui de Ribeirão, eu sou de Fradelos e Ribeirão é a escola ali ao lado, a escola básica de Ribeirão num universo de 1298 escolas ficou classificada em 659 lugar, uma coisa realmente bastante preocupante. Claro que quem andar ai na rua, via uns placares sobre o nosso Município e enfim, gabava-nos de sermos o melhor Município para estudar, e na verdade, vencemos efetivamente esse prémio e seria de supor que esse prémio até pela designação do próprio, traduziria uma classificação rigorosa, que atenderia às várias componentes relevantes do aproveitamento escolar que englobasse todas as escolas do País, enfim que se traduzisse realmente num prémio que revelasse a todos o melhor Município para estudar. Ora infelizmente, não é o caso. Eu não quero de forma alguma retirar o mérito aos Municípios que participaram no concurso, muito menos retirar o mérito às iniciativas que fundamentaram as respetivas candidaturas, que são obviamente meritórias e dignas de serem reconhecidas, sucede porém, que esta designação induz efetivamente em erro e daí não viria grande mal ao mundo não fosse o caso de induzindo em erro os nossos jovens, as suas famílias, pelo menos os mais incautos. Penso que, para o Município foi meritório, a Ensino de Futuro que organizou o evento em cooperação com duas empresas de consultoria de formação, patrocinado pelo Grupo Vision e Educacion Services, tem vários prémios e entre esses prémios há um designado “O Melhor Município Para Estudar”, os Municípios que quiserem apresentam a sua candidatura se assim o entenderem, o próprio grupo tem esta nuance que parece ser interessante, a organização reserva-se o direito de não atribuir o prémio se não houver mais de três candidaturas no concurso e portanto, é assim que o concurso é feito. Nós vencemos e isso é motivo de orgulho para todos, e também um motivo de orgulho para Odemira o 2º melhor Concelho para estudar e Pampilhosa da Serra que ficou em 3º lugar, e é portanto o 3º melhor Concelho para estudar. Isto é tudo meritório, simplesmente o alarde que se deu ao prémio resulta da incapacidade de travar um impulso propagandístico, que repito, não teria grande mal, não fosse efetivamente isto induzir em erro os alunos e as suas famílias, de resto o ranking das escolas vem provar que a coisa é bastante diferente. Ora, dizíamos há pouco que 75% da nossa população residente com mais de 15 anos, não tem para além do 9º ano de escolaridade. Isto é um assunto que nos deve preocupar a todos, naturalmente que haverá aqui inúmeros fatores, inúmeras razões que possam ajudar explicar isto, o atraso histórico na alfabetização, aquela tradição de que têm de ajudar as famílias, muitas famílias que vivem em dificuldades, um ambiente geral que desvaloriza de forma enfim acentuada o saber académico, as novas formas de entretenimento que desviam a atenção das crianças para outros assuntos, enfim, inúmeras causas. O Município como é evidente não tem capacidade para intervir em todas elas, em todo o caso não se pode demitir, não se deve demitir de procurar uma ação mais transformadora da cultura educativa local. Noto que e em abono da verdade não me custa nada reconhecê-lo, tenho

notado alguns projetos importantes patrocinados pela Câmara, o observatório da melhoria e eficácia na escola, o projeto empresa na escola, os literatos, parece que de facto são iniciativas meritórias e que vão no bom sentido, mas em todo o caso, e o ranking traduz isso mesmo, isto é insuficiente e não ataca o fundamental da questão sob os aspetos quantitativos. Não pretendo de forma alguma e até acho inadequado que se esteja a fazer desta questão, da questão da educação uma arma de arremesso das nossas lutas políticas. Uma questão como esta tão estruturante, tão fundamental para a nossa comunidade, merece soluções partilhadas e alargadas, só assim é que serão duradouras, só assim é que poderão contribuir para o debelar deste problema. Eu atrevo-me a fazer algumas sugestões, simples e despretensiosas, que mais não pretendem do que ajudar a um debate nesta matéria sobretudo numa altura em que falamos tanto da descentralização de políticas educativas e de novas tarefas por parte dos Municípios. Algumas sugestões, valorização do professor, que tem um papel essencial na promoção do ensino, porque não instituir um prémio municipal aos professores. Porque não estabelecer um prémio municipal para os melhores estabelecimentos de ensino do concelho. Porque não em matéria de leitura procurar levar os livros às crianças, porque não um acordo entre o comércio local para que seja o comércio local a oferecer, aquando das compras que os pais fazem, livros às suas crianças. Porque não colocar a Bibliomóvel no Parque da Cidade ao fim de semana. Porque não fazer de alguns estabelecimentos comerciais extensões dos nossos polos da biblioteca, para que as crianças possam requisitar livros nesses mesmos sítios. E atendendo a tantas dificuldades que as famílias enfrentam, porque não contratar professores e permitir que os alunos das famílias mais carenciadas possam ter uma ajuda dos mesmos nos trabalhos de casa, nas explicações de forma gratuita. Porque não acordar com o ensino superior visitas, sessões de formação para os alunos do ensino básico e secundário. Enfim, fazer da autarquia realmente um complemento à escola e à transmissão do saber. Repito, não pretendo fazer disto uma questão de querela política, mas acho que precisamos realmente de soluções duradouras e políticas mais criativas. De modo que, senhor Presidente, a pergunta que eu lhe colocava é se o senhor Presidente está disponível para fazer essa discussão alargada com todos os partidos desta Câmara em busca de um consenso para que se possa debelar este problema. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Presidente se me dá licença, é para fazer uma interpelação à Mesa na condução dos trabalhos. E de facto, devo dizer o seguinte, o Grupo Municipal do PSD sempre entendeu que este período das Informações do senhor Presidente, devia ser interpretado de uma forma de mais ampla latitude, isto é, sempre entendemos que, os Grupos Municipais tenham direito aqui de fazer intervenções, usando o seu tempo sem necessariamente ter de concluir sequer para colocar uma questão, é esta também a nossa interpretação. Mas devo no entanto, recordar e por isso é que nada nos move contra a intervenção nos termos em que foi produzida pelo senhor

Deputado do PSD, sucede no entanto que, num passado não muito distante, eu próprio numa intervenção que produzi neste período das informações, me foi solicitado que abreviasse a mesma e colocasse questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal e que me cingisse até única e exclusivamente às matérias constantes da informação escrita do senhor Presidente, sob pena de estar a fugir daquilo que é o normal do Ponto da Ordem de Trabalhos. A razão de ser desta minha interpelação à Mesa, é no sentido de facto, clarificar qual é doravante a interpretação que a Mesa dá sobre a forma como cada Grupo Municipal pode usar este ponto, sendo certo, que devo dizer que no meu Grupo Municipal nós entendemos que a intervenção da forma e nos moldes como foi produzida pelo senhor deputado do Partido Socialista, faz todo o sentido e todo o cabimento regimental. -----

---**CÂNDIDA VELOSO (PSD)** – Eu gostaria também de colocar aqui algumas questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal que considero muito importantes, e que de facto estão centradas naquilo que tem sido o Projeto Municipal de Educação aqui em Famalicão. E isto, para promover uma verdadeira reflexão sobre o início do ano escolar que foi aqui em Famalicão, numa perspetiva rigorosa, sem fantasmas, sem usar as pessoas e as classes profissionais, os professores, como arma de arremesso, valorizando o trabalho de cada ator educativo e de cada agente que está na educação nomeadamente, os nossos alunos, que são verdadeiramente aqueles que são o centro de toda a atividade educativa. Nesta perspetiva rigorosa que a Câmara Municipal tem demonstrado, humanista inclusive, democrática, solidária, empreendedora e que jamais pode ser questionada neste âmbito. Como se sabe, existe um projeto educativo do Município que se tem revelado como uma ação de permanente articulação com os agentes educativos e como tal, é partilhado e concertado com todos os envolvidos. Neste sentido e no domínio da experiência piloto da transferência de competências para o Município, para a qual Vila Nova de Famalicão foi convidada. E não foi por acaso que Vila Nova de Famalicão foi convidada para fazer parte desta experiência piloto de entre dez municípios, mas sim porque tem dado provas inequívocas do seu trabalho realizado em parceria com as instituições educativas e associativas, com políticas educativas arrojadas e inovadoras, e isto é que importa realçar. Não importa realçar aspetos menos valorativos que podem de certa forma não dizer nada, como é o caso dos números, sem fantasmas, sem despedimentos, sem negócios e visando apenas uma eficiência de uma gestão de proximidade. -----

---Eu gostaria de questionar o senhor Presidente da Câmara, acerca da recetividade que as escolas e os agrupamentos têm revelado e qual é o ponto de situação da sua implementação. -----

---Gostaria ainda de questionar o senhor Presidente da Câmara, acerca da dimensão atual da área da ação social escolar e de todos os serviços que estão ao dispor de todos os alunos, nomeadamente a criação dos novos escalões de apoio aos alunos no pré-escolar e no 1º ciclo e a dimensão que a própria Câmara Municipal está a ajudar as escolas na promoção de hábitos saudáveis. -----

Importa também realçar os novos escalões, que eu acho que é muito importante no apoio à ação social, relativamente ao 2º filho têm um apoio de 50% nos serviços da refeição e no prolongamento de horário, no 3º filho um apoio de 100%. -----

---Gostaria ainda de questionar o senhor Presidente da Câmara, acerca do parque escolar e a realidade do grande investimento que está a ser realizado na recuperação da sua reabilitação. E por fim, gostaria de pedir uma interpretação ao senhor Presidente, sobre o facto que os municípios estão a enunciar a oferta dos manuais escolares tal como em Famalicão. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, Jorge Oliveira, soube que entretanto na minha ausência fez uma interpelação à Mesa, vou-lhe dar a resposta ainda que sumariamente para dizer o seguinte, é bem verdade como regra, quando o senhor Presidente da Câmara informa o plenário sobre a atividade da mesma, é suposto nas intervenções subsequentes, serem colocadas questões ao senhor Presidente da Câmara às quais ele possa responder. Ainda assim, esta Mesa tem tido uma interpretação muito extensiva no sentido de ser tolerante no uso da palavra como bem se percebeu, também temos noção que cada senhor Deputado saberá perceber e conter a sua intervenção naquilo que faz algum sentido. O facto de o senhor Deputado ter usado não a forma interrogativa, não invalida talvez que na reflexão que fez e no que ao senhor Presidente da Câmara se dirija, acho que será porventura matéria para numa futura Revisão do Regimento, acabamos de aprovar o Regimento, se entender pelo decurso dos trabalhos que faz sentido ser alterado e porventura fará dizer-se “que quando um senhor Deputado se dirige ao plenário designadamente neste período, deverá interpelar e colocar questões e não fazer intervenções”. Suponho que está prestado o esclarecimento quanto ao entendimento da Mesa. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Sob as questões aqui colocadas, começo pelas que me foram dirigidas pelo senhor Deputado, Adelino Mota do Bloco de Esquerda. Sob a questão da AMAVE, senhor Deputado, a AMAVE está a estudar uma intervenção judicial em relação à RESINORTE, essencialmente para avaliar o grau de vinculatividade do contrato que existe entre a RESINORTE e os Municípios que integram a AMAVE que usam os serviços da RESINORTE para o tratamento dos seus resíduos. Como penso que também sabe, a AMAVE decidiu alienar a participação social que detinha e portanto, no âmbito do concurso gerido pelo governo a AMAVE aderiu a esse mesmo processo no sentido da alienação da sua participação social. O que quer agora a AMAVE saber, é se existe uma vinculatividade tal que impeça os Municípios que são clientes da RESINORTE de se desvincularem do contrato de utilidade. O que está em causa é tão só esta diligência que não tem que ser judicial, poderá ser resolvida com um simples parecer, mas é uma questão técnica, jurídica, que está a ser avaliada. -----

---Quanto à questão do processo da escola de Riba D’Ave, oh! Senhor Deputado, nós não

abandonamos a intenção em relação a Riba D'Ave como temos em relação a outras escolas, estão em curso como sabe obras em Gondifelos, Oliveira Santa Maria, Lousado e Bairro, mas há mais intervenções, há Riba D'Ave, há Gavião, há Telhado, há Esmeriz, há Requião, há Ruivães. Estou-lhe a dar alguns exemplos de escolas que nós temos como aquelas que precisam de fazer intervenções num futuro muito próximo. O que acontece é que nós temos uma escala, uma escala de prioridades que assenta no grau de degradação das escolas, aliás como sempre fizemos, nós começamos a intervir naquelas escolas que estavam em pior estado de conservação, aquelas onde era mais urgente fazer uma intervenção para que as nossas crianças tivessem a qualidade na formação que nós queremos para todos os famalicenses. Acontece que, se há dez anos, ou doze anos, algumas escolas estavam em bom estado de conservação e por isso não começamos por elas, doze anos volvidos, aquelas que eram as que estavam em melhor estado de conservação, são hoje as que estão em pior estado de conservação e por isso, nós vamos continuar com este processo, e saiba senhor Deputado, que a Câmara de Famalicão, não vou dizer que seja a única do país, mas há poucas, que avançam para obras deste tipo sem fundos comunitários senhor Deputado! Não há nenhuma garantia de ver apoios comunitários nas intervenções que estamos a fazer, quer Oliveira Santa Maria, quer Gondifelos, quer Lousado, quer Bairro, são obras que estão em curso sem qualquer garantia de fundos comunitários, não quer dizer que não possamos no futuro aproveitar, mas neste momento, não temos nenhuma garantia. Somos dos poucos Municípios do país que fazem intervenções em escolas sem ter primeiro fundos comunitários, e fazemo-lo por uma razão óbvia, sentimos que são obras prioritárias, essas são as nossas grandes prioridades e por isso, os famalicenses sabem que esta política de intervenção no Parque Escolar é para continuar. Nós sabemos que o processo nunca vai estar concluído, porque infelizmente por razões que se prendem com a degradação, fruto da sua embora normal utilização, nós vamos ter sempre que fazer intervenções no Parque Escolar e portanto, Riba D'Ave não será exceção, de uma forma articulada e de uma forma que permita que os Ribadavenses continuem a ter orgulho da sua escola do 1º ciclo. -----

---Sobre a questão que colocou do cemitério de Riba D'Ave, oh! Senhor Deputado, primeiro não é verdade que a Câmara tenha essa responsabilidade, a Câmara só tem responsabilidade sobre o cemitério municipal como sabe. Os outros cemitérios não são, nem responsabilidade, nem propriedade da Câmara Municipal. O que acontece, é que a Câmara Municipal, tem uma política de apoio às Freguesias, para que os seus cemitérios sejam dotados das condições necessárias para os fins a que se destinam, ponto final. E por isso, ajudamos na aquisição dos terrenos e na execução de algumas obras, nomeadamente, de vedação desses mesmos cemitérios. O que fizemos em Riba D'Ave, foi o que fizemos em Gavião, foi o que fizemos em Castelões, é o que temos feito em muitas outras situações exatamente iguais, não há nenhuma diferença. Mas em nome da verdade, devo

dizer-lhe até porque tenho conhecimento pessoal disso, que a providência cautelar que pendeu foi e que foi indeferida como sabe, é legítimo qualquer cidadão tenha esse direito de recorrer ao tribunal para que as suas pretensões possam ser atendidas. A Junta de Freguesia e bem, suspendeu os trabalhos até que o tribunal decidisse e como sabem, a execução deste tipo de matérias está dependente de dois pareceres, o parecer da Comissão Regional e Ordenamento da Região do Norte e o parecer do Delegado de Saúde. Sem que esses pareceres sejam colhidos, há uma fase da obra que não pode continuar. Portanto, se a obra está parada e está de facto, deve-se ao facto de ainda não terem sido colhidos esses mesmos pareceres, mal sejam colhidos estou seguro que a obra continuará e os Ribadavenses podem estar tranquilos em relação a essa parte. -----

---Senhora Deputada, Cândida Veloso, sobre a questão da descentralização de competências na Educação, devo dizer-lhe que é um processo que tem sido amadurecido e gerido entre a Câmara Municipal, o Governo nomeadamente, o Ministério da Educação, os Agrupamentos e através do decorrer no estudo à comunidade educativa, foram já várias as reuniões no sentido de podermos aproximar posições acerca desta matéria. A Câmara Municipal nunca enjeitou nenhuma responsabilidade deste processo, desde logo, se mostrou disponível para assumir novas tarefas se isso for para o bem da Educação e da Formação dos famalicenses. Que fique bem claro que, este processo de descentralização de competências, está sempre centrado na nossa preocupação e através dele nós podermos melhorar a formação dos famalicenses. Entendemos que a Educação é daqueles setores onde a proximidade pode ajudar e temos essa experiência, ainda hoje, senhora Deputada, eu com o senhor Vereador da Educação e com o senhor Vereador da Juventude estivemos no Agrupamento de Escolas de Pedome num Conselho Geral, onde pudemos de facto perceber os problemas que assolam aquelas populações e por isso, procuramos interagir com professores, com encarregados de educação e com outros agentes locais que no dia-a-dia trabalham pelo sucesso do edifício educativo que estamos a construir no nosso Concelho. Estamos seguros de que, sendo bem sucedidos neste processo e ficamos satisfeitos como é óbvio, que num universo de 308 Concelhos deste País, fazemos parte dos 10 que foram selecionados para este projeto. Não é por acaso que esta seleção ocorreu, não foi aleatória a seleção, foi pensada e devo dizer que a receptividade da comunidade educativa tem sido muito boa, porque sabem que, o processo da descentralização não significa que as competências se transfiram do Ministério da Educação para o Município, transferem-se do Ministério da Educação para o território, do território inclui-se o Município e outros agentes nomeadamente, os Agrupamentos que vão assumir novas competências nesta matéria. Por isso, é um processo bem-vindo e estamos convictos de que ele será bem-sucedido. -----

---Quanto à ação social escolar, senhora Deputada, de facto como sabe, está em aplicação o novo regulamento de apoio às famílias com duas dimensões, uma de facto com uma dimensão social muito

marcante, criamos um 3º escalão, como sabe o regime nacional comporta dois escalões e um terceiro onde cabem todos os outros que não têm qualquer tipo de apoio, e nós consagramos um 3º escalão, acresceu a isto para proteção, para estímulo, mas acima de tudo para premiar as decisões da família ao nível da maternidade, criamos um conjunto de apoios a partir do segundo filho inclusive, ao nível do acolhimento, do prolongamento e das refeições escolares. E portanto, a recetividade que temos tido das comunidades educativas, aliás isto é visível nos conselhos gerais em que participamos, é muito grande e percebemos que, de facto, vai de encontro às necessidades e às expectativas das próprias pessoas.-----

---Quanto à oferta de manuais escolares, devo dizer que, assistimos com agrado ao facto de serem cada vez mais os Concelhos, não só os vizinhos como muitos outros e se há 13 anos fomos pioneiros, e fomos, é bom dizer-lo, é bom reconhecê-lo, fomos pioneiros nesta matéria, porventura até fomos incompreendidos nesta matéria, ficamos satisfeitos por outros se terem recordado. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Em jeito de flash muito rápido, algumas perguntas que pretendemos fazer ao senhor Presidente eram do seguinte teor: - Estamos preocupados com o facto de reconhecidamente termos constatado que o preço da água em Famalicão, é dos mais caros aqui do distrito de Braga e porque se trata de uma despesa para as famílias que se deve ter em conta. Gostaríamos de formular a pergunta ao senhor Presidente no sentido do seguinte, se tem portanto a noção clara das dificuldades que as famílias de Famalicão têm, até porque já foi aqui dito, que em Famalicão há de facto e reconhecidamente se constata que há famílias que necessitam de apoio, este ano por exemplo, nos diversos apoios solidários que foram manifestados através da necessidade de manuais escolares. Há muitas famílias que começam a ter problemas para poderem aguentar determinadas faturas, como a eletricidade e também na água. E reconhecidamente, o que se verifica é que a água em Famalicão, é parece-nos a segunda mais cara do distrito. Portanto, gostaríamos de saber, o que é que o senhor Presidente da Câmara pode, ou irá fazer, no sentido de ter a sensibilidade que é importante ter neste contexto, poder fazer valer para que a água possa ter uma tarifa mais baixa, ou no seu cômputo geral, se possa reduzir na fatura da água num contexto que estamos a atravessar de grandes dificuldades. -----

---Uma outra questão que queremos colocar, é que verificarmos que há algumas situações já consideradas de quase ilhas desertas, ou seja, populações que ou por envelhecimento, ou por falecimento, ou até por terem emigrado, ou voltado a regressar ao estrangeiro onde aliás estiveram a trabalhar uma vida inteira, verifica-se que há zonas no Concelho, por exemplo, no Calendário na Aldeia do Sol, é uma zona que se constata que já muita gente não habita aquela área e há certamente muitas mais, e era preciso que se adotassem algumas medidas, que nos parece que não estão muito para esta via do chamado estímulo para a Educação, ser mais apoiado o 2º filho, mas pelas vias que

são necessárias quais sejam da estabilidade digamos assim, do emprego e da criação de emprego no Concelho que desse naturalmente, muito mais estabilidade aos jovens e daí que com essa estabilidade poderem ter uma vida muito mais aliciante, e a população não começar a reduzir-se como estamos a verificar em alguns locais. -----

---Por outro lado, questões que se relacionam com a municipalização do ensino, continuamos a pensar que se trata de um presente envenenado, senhor Presidente. Repare-se que Famalicão orgulha-se e bem, de ter aqui condições muito boas para o ensino, os seus próprios estudantes têm ganho prémios, têm estado no ranking em muitos aspetos, ou seja, não nos podemos queixar sob um ponto de vista genérico de que Famalicão padece de algo que se possa considerar para transformar agora, ou modificar agora todo um sistema que até aqui estava implementado. E como tal, pensamos que esta municipalização é de facto, uma espécie de presente envenenado, desde logo até por este indicador de que a racionalização de muitas situações pode ser feita e como prémio enfim, o Município lucrar 12.500€ por esse facto. Por outro lado, os próprios profissionais estão preocupados, como é disso exemplo, o acabado de chegar à Assembleia Municipal de um protesto e de uma preocupação manifestada pelos profissionais, pelos professores aqui de Famalicão. Mais ainda e voltamos a insistir nesta ideia, é que a municipalização do ensino pode e certamente vai acabar por desembocar naquilo a que nós infelizmente queremos que venha a acontecer, que é a possibilidade mais à frente não agora, mais à frente, dessa municipalização passar a ser uma autêntica privatização do ensino. Nós pensamos que, esta é uma grande preocupação a ter em conta e portanto, queremos vincar a nossa posição e estamos contra esta ideia da municipalização do ensino.

---**VITOR PEREIRA (PS)** – Era só para dizer que continuamos à espera que o senhor Presidente responda à questão que lhe foi feita, se efetivamente está disponível para promover um debate de uma discussão de uma solução partilhada para os graves problemas que afetam a Educação no nosso Concelho. -----

---**ADELINO MOTA (BE)** – Mesmo sabendo que o senhor Presidente não tem possibilidade de responder, eu não queria deixar de fazer aqui algumas observações relacionadas com o Parque Escolar. Gostaria de saber, afinal de contas ao contrário do que tem sido apregoado, o Concelho de Famalicão não está tão bem de Parque Escolar. Ficamos a saber que, há uma série de Freguesias no Município de Famalicão que precisam de obras nas escolas, mas não posso deixar de referir, que quer a escola de Bairro, a escola de Oliveira Santa Maria e a escola de Lousado, antes destas três escolas entrarem no Orçamento entrou a escola de Riba D’Ave. A escola de Riba D’Ave está no Orçamento de 2008, como começo do início da obra e estamos em 2014, só depois posteriormente é que entraram as obras das outras escolas, mas não discuto sequer isso. Entretanto, dizer também, que a ser verdade e não estou aqui a duvidar da palavra do senhor Presidente, de que começam a

obra sem terem fundos comunitários, não posso deixar de lembrar de que os Centros Escolares construídos até hoje, foram todos eles feitos com o apoio dos fundos comunitários. E portanto, vamos ver se daqui em diante não há fundos comunitários, agora essa bandeira que o senhor Presidente aqui apresenta não é verdadeira, porque todos os Centros Escolares feitos no Concelho de Famalicão tiveram o apoio dos fundos comunitários. -----

---Passando ainda há questão do cemitério, a questão não é tão fácil como o senhor Presidente da Câmara refere. O senhor Presidente da Câmara sabe melhor do que eu que a Junta de Freguesia, não tem como competência construir os cemitérios. Essa competência não está nas competências das Juntas de Freguesia, a competência da construção de cemitérios e da competência da Câmara Municipal. A Câmara Municipal pode e se bem entender tem que assumir essa responsabilidade de delegar competências nas Juntas de Freguesia, para que a Freguesia construa ou alargue os cemitérios. Mas a verdade, eu não sou formado em direito, só tenho a 4ª classe e portanto, poderei não entender muito a questão, mas nesta das competências e até porque já fui membro de uma Assembleia de Freguesia, a competência dos cemitérios, da sua construção e do alargamento é da Câmara Municipal. Finalmente, o senhor Presidente da Câmara sabe e acabou de o referir aqui, de que é necessário para a construção do cemitério o parecer do Delegado de Saúde e da CCRN. Agora pergunto, porque é que se começa a fazer uma obra sem esses pareceres? Aliás eu recordo, o senhor Presidente da Câmara na altura Vice-presidente, que o Bloco de Esquerda solicitou o parecer do Delegado de Saúde sobre a construção do cemitério em Riba D'Ave, e passados três anos ainda estamos à espera dessa resposta a esse requerimento que nós fizemos. Portanto, há aqui algumas coisas que não podem ser tão nebulosas como parecem mas que devem ser bem esclarecidas. -----

---**FIRMINO COSTA (PSD)** – Em primeiro lugar, obviamente reconhecer de Famalicão e acho que, o facto de virmos para aqui às vezes levantar algumas questões com dados, números que infelizmente, acho que não se privam e não se deve tornar por números. Obviamente sentir que esta Câmara e enquanto jovem, gosto de sentir que em Famalicão e enquanto se percorre o País dizem que nós somos um exemplo a nível do apoio escolar desde o básico, e não é por acaso que temos assistido a que vários Concelhos deste País tenham importado a ideia da oferta dos manuais escolares, desde o Ensino Superior em que bolsas são dadas aos estudantes. Obviamente que quero criar aqui uma questão ao senhor Presidente da Câmara, apesar de não ter tempo para responder, relativamente ao ensino profissional, que é outra das vertentes importantes para o desenvolvimento do País e obviamente que Famalicão, havendo objetivos nos próximos anos para atingir, seria importante percebermos e sabermos como estão e como está a nossa Câmara Municipal relativamente ao apoio à outra vertente do ensino que se vai tornar cada vez mais importante, visto que cada vez mais profissões que eram naturais há uns anos atrás, têm que voltar a ser do ensino

profissional e pode ser aqui uma grande base de importância. E por isso, enquanto jovem, sinto que Famalicão tem apoiado a vocação e custa-me muito sinceramente, em jeito de conclusão, dizer que apenas vir desvalorizar e ao mesmo tempo criar alguma crítica a tudo que é Pai, Associações de Pais, Professores, Auxiliares de Educação e toda a gente que está à volta da Escola, porque quando se fala aqui que os resultados são o que são, que eu saiba não é só apenas culpa da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, que está a culpar tudo em geral e isso, não podemos ir todos por este caminho porque estamos a desvalorizar tudo o que está à volta. Esse é o entendimento que nós criamos relativamente à análise de apenas de dados, não podemos virar um País só por ai e vermos os exemplos claros de apoio que a Câmara Municipal tem dado aos jovens de Vila Nova de Famalicão. -----

---**SEGUNDO PONTO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a contratação de um empréstimo de médio longo prazo no montante de 1.000.000,00 €, por um período de 10 anos, ao Banco Santander Totta S.A., nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento. -----

---**HUGO SAMPAIO (PS)** – Hoje apreciamos uma proposta subscrita pelo senhor Presidente de Câmara, da contratação de um empréstimo de 1.000.000,00 €, pelo prazo de 10 anos, para financiar a ampliação de duas escolas, uma obra de todo necessária e que tem a nossa aprovação. Contudo, esta obra foi adjudicada em agosto de 2013, numa altura um bocadinho complicada, uma maratona de inaugurações. Já tinha sido prevista, não havia verba destinada já? É necessário agora recorrer a um empréstimo? Estas dúvidas levam-nos a termos que nos abster a respeito deste ponto. -----

---**ADELINO MOTA (BE)** – Queria fazer uma pergunta e se for possível o senhor Presidente me responder antes de eu sair do púlpito, iria-me ajudar à minha intervenção, e é o seguinte, eu pretendia saber se no mandato anterior, não foi já solicitado um empréstimo bancário de 1.000.000,00 € exatamente para estas obras? É que eu tenho ideia de que já foi votado na Assembleia Municipal um pedido exatamente para estas obras. E sinceramente, eu estou aqui em substituição de um Deputado, não tive tempo suficiente para estudar este ponto e ver se isto é verdade ou não. Gostaria se o senhor Presidente tivesse isto em mente, se já foi ou não este assunto discutido. -----

---Passando a outra questão que é o seguinte, nós entendemos e aliás o senhor Presidente de Câmara acabou há pouco de referir, de que há uma necessidade permanente de obras no Parque Escolar do Concelho e portanto, estas duas obras são necessárias para concluir. O que nos parece é que encontrando-se a Câmara numa situação estável (segundo as palavras do senhor Presidente de Câmara) do ponto de vista financeiro, não nos parece que seja necessário para fazer uma obra de 1.000.000,00 €, que seja necessário recorrer a um empréstimo. Entendemos que, uma boa gestão

financeira, poderia levar à concretização da execução dessas obras sem ter que recorrer a esse empréstimo. De qualquer das formas, o Bloco de Esquerda, vai fazer a abstenção nesta proposta porque entendemos que, independentemente de tudo as obras devem avançar. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, Adelino Mota, muito diretamente em relação à sua questão, não foi contraído qualquer empréstimo cujo objetivo fosse financiar o Município para executar qualquer uma das duas obras que estão referidas nesta proposta.

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO LONGO PRAZO NO MONTANTE DE 1.000.000,00 €, POR UM PERÍODO DE 10 ANOS, AO BANCO SANTANDER TOTTA S.A., FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E QUATRO VOTOS A FAVOR E ONZE ABSTENÇÕES.**-----

 ---**TERCEIRO PONTO** – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para: -----

- Definição em 0,35% da taxa a incidir sobre os prédios urbanos para efeitos do Imposto Municipal sobre imóveis, referente ao ano de 2014 a ser cobrado em 2015.-----

- Definição em 5% da participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Vila Nova de Famalicão, referente aos rendimentos do ano de 2015. -----

- Lançamento de uma derrama de 1,2%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, relativa ao ano de 2014.-----

- Isenção de uma derrama de IRC, relativa ao ano de 2014, os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 €, nos termos do n.º 4 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Antes das notas prévias se me permite a Mesa, em primeiro lugar visto que é a minha primeira intervenção hoje, o Grupo Municipal do Partido Socialista ficou um bocado surpreendido, temos que reconhecer, com a marcação da Assembleia para o dia de hoje. Por questões internas que todos conhecem, pedimos o adiamento para a próxima semana, sem qualquer informação prévia fomos informados que era hoje. Portanto, fica aqui a ressalva, certamente em Comissão Permanente poderemos discutir isto e de certa forma, rever qual o papel da Comissão Permanente já que está a ser totalmente interpretado ao que era no passado. -----

---Outra nota prévia relativamente às declarações de voto, ao contrário do que era habitual, as declarações de voto das reuniões de Câmara não vem a acompanhar os respetivos documentos. É uma lacuna que não compreendemos e que é importante, julgo para todos os Deputados, para terem

conhecimento do sentido do porquê de alguns sentidos de votos nas reuniões da Câmara. Esperamos que tal situação seja retificada. -----

---Relativamente a este ponto, Estamos hoje aqui perante uma novidade desta maioria. Pela 1ª vez, é englobado num único ponto, a discussão e votação de impostos tão diferentes, com alcances e objetivos tão distintos. -----

Estamos hoje aqui, perante uma nova e engenhosa versão da intitulada “Lei da Rolha”. O que esta maioria pretende com esta estratégia, é por um lado criar confusão e não permitir a correta diferenciação de assuntos tão distintos e por outro não permitir que os assuntos sejam discutidos de forma clara e com a temporização adequada á sua importância. O partido Socialista não trata por igual o que é desigual, e como tal tem entendimentos e posições diferentes relativamente às quatro questões que nos são colocadas, como aliás o tem demonstrado ao longo dos últimos anos. Como tal queremos demonstrar de forma clara e inequívoca as nossas posições. -----

---Relativamente ao IMI, já muito referimos relativamente à posição desta Câmara acerca deste imposto. Não entrando em jogos florais, como este executivo gosta de fazer, e como os números são como o algodão, não enganam, por muito inconvenientes que o sejam, o certo é que os famalicenses pagam mais pelo mesmo, pagam mais IMI do que pagavam, e a responsabilidade é única e simplesmente deste executivo, que estipula a taxa que permitiu que esta receita tenha aumentado e continue a aumentar. Enquanto em 2010 a receita foi de 10.391.193€, a previsão para 2014 é que ascenda a 12.316.958€. Realmente não aumentou como diz o senhor Presidente da Câmara. A receita só subiu 18,5% em 4 anos, cerca de 2milhões de euros. No que concerne á participação do Município no IRS dos famalicenses, a taxa, mais uma vez, fica no máximo, ou seja de 5%. Relembro que este valor pode variar, nos termos legais, entre 0 e 5%, fixando cada município a taxa que entender mais adequada. E como vem sendo habitual, apesar do atual contexto de crise económica, não existe qualquer esforço por parte desta Câmara, para reduzir a carga fiscal da população, para que a situação financeira extremamente difícil e asfíxiante que vivem, seja aliviada. E como mais uma vez, os números são como o algodão, não enganam, convém contextualizarmos, e vermos quanto é que representam estes 5%, de que a Câmara não abdica. Para 2014 a estimativa de receita é de 2.863.140 €, e se considerarmos uma base de 51.000 o número de empregados no concelho, vemos que a cada famalicense foi-lhe retirado por este município cerca de 60 €, se consideramos um casal, resulta em 120€, o que convenhamos dá para comprar muitos manuais escolares, muitos litros de leite. Senhor Presidente, se realmente Vossa Excelência está preocupado em investir em Famalicão e no seu futuro, permita que os famalicenses tenham uma melhor qualidade de vida, que tenham disponível um rendimento superior e desse modo, sejam mais capazes para fazer face às suas despesas diárias. Porque até agora, o que Vossa Excelência tem feito é tirar um pão e dar uma

migalha, mesmo a quem não passa fome e isso senhor Presidente, é que são os verdadeiros jogos florais. O que é necessário e verdadeiramente importante, é que a Câmara mostre um sinal de solidariedade em vez de se manter alheia às dificuldades do país. A Câmara Municipal de Famalicão, tinha a obrigação de ter um ato de misericórdia, porque já é de misericórdia que se deve tratar para com os famalicenses. Como não é essa a opção desta maioria, logicamente nestes dois pontos, taxa de IMI e do IRS, estamos contra. -----

---Relativamente ao valor da derrama, o partido Socialista vai-se abster, porque nada lhe opõe ao principio, mas acima de tudo, porque que apesar do senhor Presidente da Câmara, na sua proposta, referir que a fixação da derrama e passo a citar:--“deve ter em conta a criação de condições para a dinamização da economia local, do investimento e do emprego”-, a Câmara não nos faculta qualquer tipo de explicação ou proposta, para aplicação da verba arrecadada, e assim ir de encontro aos seus próprios pressupostos. Como tal não acontece, não podemos votar favoravelmente. -----

---Relativamente à isenção da derrama, para os sujeitos passivos com volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150.000€, logicamente estamos de acordo e vamos votar favoravelmente. Ou não fosse esta uma proposta que tem na sua génese uma proposta do Partido Socialista, na altura recusada por esta maioria, mas que depois veio a ser adotada por esta maioria, indo de encontro ao que era pretensão do partido Socialista. Moral da historia, se a maioria ouvisse atempadamente o PS, Famalicão estava muito melhor. Que não restem duvidas, estas são as nossas posições, relativamente aos pontos em discussão neste ponto.-----

---Gostaríamos no entanto, senhor Presidente da Mesa, de fazer uma proposta para que as quatro alíneas deste ponto fossem votadas em separado para isto ficar mais explícito na votação de cada uma delas. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, quanto à votação em separado, vou colocar à consideração e votação dos senhores Deputados. Queria também responder-lhe, o senhor Deputado interpela a Mesa e sabendo eu que não estive presente na reunião da Comissão Permanente de Apoio à Mesa, mas ainda assim e tendo sido informado pelo senhor 1º Secretário para que os restantes membros desta Assembleia que não estiveram presentes na reunião da Comissão Permanente de Apoio à Mesa, possam saber o que se passou e enfim, relatar sumariamente, tenho a certeza que o senhor Deputado não verá má intenção nesta data que foi a possível. O senhor Deputado sabe, a data proposta pela Mesa foi dia 26 sexta-feira, as sessões da Assembleia Municipal realizam-se por regra em Vila Nova de Famalicão à sexta-feira, se não estamos a realizar esta Assembleia na sexta-feira é exatamente porque o senhor Deputado, membro da Comissão Permanente de Apoio à Mesa, disse que a sexta-feira e tendo em conta as diretas ou as primárias da escolha do candidato a 1º Ministro, e tendo em conta essas primárias facto é que não

pode a sessão acontecer à sexta-feira. Ao senhor Deputado foi perguntado se teria alguma outra data para propor, o senhor Deputado disse que não tinha data para propor, pelo menos assim me diz o senhor 1º Secretário, seja como for, estas reuniões são gravadas e poderá depois confirmar-se. Seja como for também, a hipótese seguinte seria a segunda-feira, a segunda-feira dia 29 não podia o Executivo Municipal. Ora, uma sessão da Assembleia sem o Executivo Municipal não dava, restava a terça-feira data que não convinha à Mesa e portanto, senhor Deputado, antecipou-se para dia 25 quinta-feira um dia antes. Senhor Deputado, estamos a falar apesar de tudo de um adiamento da Assembleia Municipal, de uma antecipação num dia por causa das primárias do partido Socialista, não estamos a falar enfim da perda, muito embora não se trate de uma perda, estamos a falar de duas, três horas ao fim do dia, os senhores Deputados que estejam envolvidos nessas primárias têm todo o dia para trabalhar na angariação de votos, terão depois da sessão se tiverem vontade a mesma oportunidade, terão sexta, terão sábado e terão ainda domingo, há uma antecedência que é razoável. Senhor Deputado, esta reunião tem de se realizar em setembro porque é uma reunião ordinária, nós não podemos, não sei se os senhores Deputados sabem, transferir a realização desta sessão ordinária para outubro, tinha de ser em setembro, tinha de ser nesta data neste enquadramento, porque nós temos de deliberar na Assembleia Municipal aquilo que é submetido deliberação em reunião de Câmara, a menos que estivéssemos aqui a fazer uma sessão de corpo presente, pois não teríamos matéria substantiva importante para deliberar e portanto, tinha de ser nesta semana, não podia ser a 29 porque a Câmara Municipal não podia, não foi na sexta-feira porque não convinha ao partido Socialista, antecipou-se para o dia possível que é o da quinta-feira, porque depois começavam os prazos para a convocatória que têm de ser cumpridos. E essa foi basicamente a razão. O senhor Deputado tem a palavra mas será a última vez, está feita a pergunta e está dado o esclarecimento. ----

---**PAULO PINTO (PS)** – Obrigado senhor Presidente, só no sentido de esclarecer totalmente os senhores Deputados, porque realmente cometeu ai uma incorreção, porque está gravado na ata, porque inicialmente quando foi proposta uma data e os restantes membros da Comissão Permanente de certeza que podem coadjuvar essa opinião, foram proferidas duas datas, 29 e 30 que era segunda e terça-feira. E aqui a questão é que poderia haver da Mesa já que não era possível, nós não pomos em causa isso, mas ao menos uma informação atempada de que era na quinta-feira, porque se olhar para a nossa bancada vê que há muita gente que falta hoje e não é por acaso. Sempre houve este critério ou seja, estamos aqui a falar que a Comissão Permanente tem mudado o seu “modus operandi” e é isso que temos que discutir, porque sempre houve respeito pelas atividades político-partidárias.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, então faremos o seguinte, como a reunião é gravada, será ouvida de fio a pavio, se o senhor Deputado tiver sugerido

29 e 30, lhe garanto que na próxima sessão nos penitenciaremos pelo facto, muito embora isso não invalidasse que a reunião pudesse acontecer em 30 e em 29, se não tiver proposto será o senhor Deputado certamente que ali se dirigirá e terá que enfim, na tensão das primárias supôs que disse o que não disse, mas já se verá porque ficou gravado. -----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Senhor Presidente, atendendo a que estava na Comissão Permanente de Apoio à Mesa, eu gostaria de esclarecer o seguinte, o senhor Deputado mostrou indisponibilidade da sexta-feira para a reunião da Assembleia e propôs as datas de 29 e 30. Entretanto, eu antevendo, ia-me manter calado em nome do PSD porque para nós era indiferente, mas considerando que isto iria levantar problemas como está a levantar, eu pedi e gravei no final da reunião ou no final desse ponto, gravei um resumo da situação em que eu disse, que o PS propôs as datas de 29 e 30 atendendo que não podiam na sexta-feira, que o PSD não tinha nada contra qualquer data que a Mesa decidisse. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Então assim sendo, há aqui versão que não é coincidente com a do senhor 1º Secretário que é quem esteve presente na reunião e não fui eu, o senhor 1º Secretário tenderá que não foi sugerido 29 e 30, o senhor Deputado António Meireles corrobora a versão do senhor Deputado do partido Socialista e eu por antecipação ser ouvir a gravação coletivamente em nome da Mesa, desde já penitencio-me se assim foi, não invalida ainda assim volto a referir, que não poderia ser nem na segunda nem na terça, na segunda porque a Câmara não lhe seria possível, na terça à Mesa não seria possível. O que nos transporta novamente para quinta-feira, eu desejo-lhes muita sorte nessas primárias, o senhor Deputado vai sair vencido ou vencedor, ainda assim seja o que seja não há muito a fazer. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – Em relação a esta questão, o que me parece aqui mais importante de todo este ziguezague e todo este desentendimento, eu até nem acho bem que as reuniões da Comissão Permanente de Apoio à Mesa sejam gravadas, mas neste caso vão ser elucidativas as gravações. Em todo o caso, o que me parece aqui mais importante de tudo isto é o seguinte, é não ter havido um lamiré, salvo seja, a dizer oh! Senhor Deputado, afinal não pode ser a 29 nem a 30 e terá que ser mesmo no dia 25 porque é de todo impossível a segunda-feira, isto pelo menos permitir-nos-ia desde logo ficar com uma data e que alguém naturalmente, teria que decidir e terá sempre que ser a Mesa, mas pelo menos esse lamiré dissuadia tudo isto. Posto isto, senhor Presidente, também nós achamos e não é uma questão de ser só violento, é que de facto, extravasando isto, indo ao extremo até ficamos com a ideia, supomos que isto nunca irá acontecer, mas não se pode juntar um conjunto de questões, mesmo que elas tenham porventura alguma ligação, são impostos. Mas não se pode juntar isto, na medida em que todos nós se pegarmos nesta situação concreta verifica-se com muita facilidade que há aqui Deputados que querem votar

relativamente ao IRS de uma maneira, ao IMI de outra forma e em relação à Derrama de outra forma. E como tal, deve-se dar esta liberdade aos Deputados para o poderem fazer, porque senão qualquer dia pegamos nos treze pontos que estão aqui na Assembleia Municipal e pomo-los num só ponto. Eu não quero ser ridículo, mas é um bocado isto que me parece que é importante referir, para que também a própria Mesa e nós sobre isto colocarmos a questão na própria Comissão Permanente de Apoio à Mesa. E a nossa proposta pelos vistos não foi tida em conta e achamos que isso é mau, é certo que também dissemos que no caso de não ser aceite, pelo menos a grelha ser aumentada como é óbvio, como tinha que ser óbvio. Quanto ao que me traz aqui no fundamental, é mais uma vez uma proposta de recomendação da CDU, a qual passo a referir: -----

---“ A CDU – Coligação Democrática Unitária, em resultado da avaliação dos prédios, cujo valor cresceu exponencialmente e considerando a difícil situação por que passam os munícipes detentores de habitação própria, - propõe: -----

- Que a taxa a aplicar para o IMI seja reduzida para 0,30%; -----
 - No que diz respeito à Derrama, uma vez mais e por critérios de justiça, propomos a criação de um 3º escalão, ou seja, que passe a ser tributada a taxa máxima de 1,5% para as pessoas coletivas com volume de negócios acima dos 500.000€.” -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Eu queria ainda sobre a sugestão, ou o requerimento oral que foi feito para votação em separado dos diferentes pontos desta proposta, dizer que já tomei aqui nota no meu livrinho para futura alteração do Regimento, mais uma omissão apesar da mais recente. Porque este artigo na minha opinião, é a minha enquanto advogado, basicamente há aqui muitos advogados e é a vantagem do direito porque temos margem para diferentes interpretações. O que o Artigo 62 diz é o seguinte, nº4 do artigo 62 – “Desde que substantiva e formalmente possível, e salvo oposição do grupo municipal proponente, pode a requerimento oral de qualquer um grupo proceder-se a votações em separado da proposta”-, está contemplada apenas a possibilidade de a oposição do grupo municipal proponente, isto não invalida parece-me, que o executivo possa apresentar a deliberação em determinado assunto que tenha vários pontos para serem votados e entenda o plenário, como já procedeu várias vezes nesta casa, votar em separado. Já aconteceu várias vezes na Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão, nós votarmos em separado propostas do mesmo ponto do executivo, porque tal fazia sentido, podemos nós no decurso da discussão chegar à conclusão que, uma determinada proposta da Câmara Municipal, porque há oposição mas pode haver um consenso a uma delas e não haver consenso em relação à totalidade, para se evitar a rejeição na totalidade propor-se a votação em separado. Facto é, que tal como está redigido, o que se diz é, desde substantiva e formalmente possível e salvo oposição do grupo municipal proponente, pode a requerimento oral de qualquer grupo proceder-se a votações em

separado da proposta. Parece-me a mim que substantivamente, são várias alíneas, não se percebe porque é que não se possa votar em separado, sumamente também não, a questão é que a Câmara Municipal não se pode opor e um grupo municipal pode opor-se ainda que conste esta redação. O que me faria sentido a mim, se tivesse elaborado a redação desta norma seria – “ Desde que substantivamente e formalmente possível e salvo oposição do grupo municipal proponente, ou tratando-se de proposta da Câmara Municipal salvo oposição de qualquer grupo municipal relativamente ao pedido para que fosse em separado”- E ficava resolvido o problema parece-me, seja como for, eu tenderia aqui a fazer uma interpretação extensiva e na interpretação extensiva a autorizar a votação em separado, a menos que por se considerar alteração eventualmente na Ordem de Trabalhos, algum grupo municipal ou enfim, posta à votação. Aliás, eu estou agora a recordar-me do que já sucedeu várias vezes nesta Assembleia Municipal, é que sempre que pedida a votação em separado e não houver consenso, pôr-se a votação e decidir-se se sim ou não. Seja como for, eu gostava de ouvir os Líderes dos Grupos Municipais porque é uma questão importante, e a Mesa acolherá o entendimento da maioria. Ainda assim, volto a dizer que, entendo que há aqui uma omissão e poderia estar melhor clarificado o assunto.-----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Presidente, de facto, é uma questão jurídica complexa mas penso que aqui e com todo o respeito e amizade que lhe tenho, não se tratou de uma omissão. Nós tivemos várias reuniões em que incidimos neste tema e esbarramos num problema que para nós era essencial. Quisemos cingir as propostas em causa unicamente a propostas efetuadas por grupos municipais e não da Câmara, por uma única e simples razão, é que a Câmara não está constituída em reunião nem pode deliberar aqui a decisão de uma proposta em várias ou a sua votação. Portanto, a deliberação que vem da Câmara que suporta a proposta da Câmara, foi tomada em reunião de Câmara que não pode ser neste local, na nossa opinião, modificada. Daí termo-nos abstraído do que é da competência da Câmara e termo-nos cingido às propostas elaboradas por grupos municipais. ----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Devo dizer que, eu continuo na minha modestíssima opinião, enfim na experiência Parlamentar e aqui, a achar que isto não invalida a necessidade de se acautelarem também as hipóteses diversas, e coloco duas. Primeira, haverem duas numa mesma proposta da Câmara Municipal, chegar-se pragmaticamente à conclusão por exemplo, que uma delas enferma de uma qualquer deficiência ou entendeu-se que seria de não votar essa proposta, mas todo o coletivo da Assembleia Municipal está disponível para votar a outra e a consequência é que torna-se impossível assim proceder à votação em separado. Mas seja como seja, se assim for deliberado e se essa é a interpretação autêntica do legislador, então a Mesa assim interpretará. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Esse é o entendimento do Grupo Municipal do PSD, não é o

entendimento de toda a Comissão. Mesmo na própria reunião da Comissão Permanente, os Grupos Municipais do Partido Socialista, da CDU e do Bloco de Esquerda fizeram essa proposta, e ela não veio, não sei por que razão. Portanto, mais uma vez nós tentamos que fosse logo à base para colmatar essa possibilidade, que podia haver de facto da parte de algum grupo municipal, e matá-la à nascença. De qualquer maneira entendemos que é plausível perante o regimento, que permite exatamente fazer o voto na especialidade, nesse artigo que Vossa Excelência diz, é perfeitamente plausível fazer este tipo de proposta e que a mesma seja aprovada. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – O meu entendimento é só porque uma coisa é o IMI e outra coisa é a DERRAMA, eu podia estar disponível para votar o IMI e não estar disponível para votar a DERRAMA. -----

---**CARLOS CARVALHO (CDS/PP)** – Relativamente ao que está aqui em causa, sem querer entrar nas questões do Regimento, vou falar sobre impostos e relativamente a impostos, tenho a dizer que o IMI não foi sobrevalorizado, foi atualizado resultado do acordo com intervenção externa e a Troika, portanto estamos a ele sujeito. Relativamente à taxa entre 0,30% e 0,50%, o Executivo optou por 0,35%, parece-me uma medida que protege os interessados nesta matéria. Relativamente à taxa, se ela se mantém e se aumentamos a receita, há uma conclusão óbvia a retirar disso, é que temos mais gente a pagar, não temos aumento de impostos, temos é mais contribuintes a pagar o mesmo imposto. Relativamente à DERRAMA, é uma boa opção a isenção da DERRAMA para o IRC, para as empresas com menos de 150.000,00€, estamos a falar de um universo de 4.200 empresas e das quais 3.000 beneficiam portanto, parece-me um excelente incentivo à criação na própria empresa dos negócios que são acima de tudo familiares, trata-se de pequenas e médias empresas, parece-me uma boa forma de a Câmara apoiar estes empresários. Relativamente ao lançamento da DERRAMA para as restantes empresas sobre o lucro tributável e não isentas de IRC, parece-me uma boa forma de a Câmara incentivar o reinvestimento dos lucros em Famalicão como temos visto pelos grandes grupos económicos que cá felizmente operam e que geram emprego. Agora deixei para o fim e não foi por acaso o IRS, foi por uma razão muito simples, aqui realmente existe uma diferença substancial face aos restantes impostos pela sua natureza e acima de tudo pelo princípio que está subjacente, em que o IRS tem como princípio a justiça social e é por isso que é escalonado. Qualquer um dos outros impostos não tem esse princípio, mas o IRS tem como fundamento este propósito. Ora, se nós baixarmos a taxa de IRS estamos a beneficiar os detentores de rendimentos, mas não estamos a beneficiar os detentores de rendimento sobre o trabalho, mas não estamos a beneficia-los de igual forma, podemos baixar a taxa para todos mas não é equitativo por uma razão muito simples, porque há partida os rendimentos mais baixos estão isentos e escalonados, sendo escalonados os rendimentos mais altos serão os que estarão sujeitos a uma taxa maior. Aqui

existe o efeito redistributivo e efeito social que não é de somenos importante, e é com isso que a Câmara apoia no apoio social, no apoio escolar ou no apoio juvenil e associativo. E portanto, ao baixar este imposto, não estamos a beneficiar os detentores de maior rendimento sobre o trabalho, ou seja, as pessoas que mais ganham. E ao contrário daquilo que o PS quer fazer passar, mas vamos falar de pessoas, se o PS diz que em média cada um paga 60€, está-se a esquecer de uma coisa muito simples que é, os mais ricos pagam muito mais e os mais pobres, os que têm os rendimentos mais baixos, não pagam. Portanto, os mais ricos não pagarão 60€, pagarão muito mais e os mais pobres irão beneficiar dessas medidas e irão pagar muito menos do que isso. Ou seja, quando o PS diz, é pá 60€ ou 120€ por casal dava para pagar os livros, é falso. Não foi a essas famílias que lhes foi retirado os 120€, a essas famílias retiraram-lhes uma percentagem menor. Agora às pessoas que têm rendimentos superiores tiraram uma percentagem maior. E mais uma vez o PS, com a média tentaram vir enganar as pessoas, o PS é enganoso. Faz lembrar aquele princípio, em que estamos duas pessoas e existem dois frangos, há um que come os dois frangos, há outro que não come nenhum, em média come um cada um, mas há um que passa fome, esqueçamos as médias, vamos olhar para as pessoas, e neste efeito redistributivo paga quem mais tem e acima de tudo é para beneficiar quem menos tem, esse efeito redistributivo tem efeito de solidariedade social essencial para uma sociedade que pretendemos coesa e equilibrada, com uma classe média que defenda os interesses do País, que faça crescer o País. Portanto, a manutenção deste imposto defende uma sociedade equilibrada e justa, não é uma sociedade de régua e esquadro, é uma sociedade de equidade e é aqui o cerne da questão, por isso, estamos perfeitamente de acordo com aquilo que a Câmara acaba de propor. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado, Paulo Pinto, referiu e referiu bem, que se verifica desde nos últimos anos, que se verifica uma arrecadação adicional de IMI no nosso Município. É verdade, é verdade que isso ocorre em Vila Nova de Famalicão e é verdade que ocorre nos restantes Municípios do País. E sabe porque é que isso ocorre, senhor Deputado? Isso ocorre por uma circunstância muito simples, a que o partido Socialista está totalmente ligado, é que o partido Socialista em 2011, se bem se recorda, assumiu um compromisso, um compromisso internacional em nome do Estado Português, de proceder a uma reavaliação geral do património dos imóveis em Portugal, com o objetivo de obter uma receita adicional para a administração local, receita adicional essa, que deveria ser destinada e afetada única e exclusivamente à consolidação das contas públicas. E admira-se Vossa Excelência, que a arrecadação de receita tenha aumentado! Mas o que me surpreende, é falar desta matéria e que inconsciência à época, de que a reavaliação acarretaria necessariamente um aumento exponencial do IMI e que esse seria mais um forte impacto nas famílias portuguesas, a pergunta que eu lhe coloco, é se eventualmente o partido Socialista à

época, introduziu alguma limitação a esses aumentos exponenciais, ou se porventura criou por exemplo, uma cláusula de salvaguarda? Não, o partido Socialista, não se preocupou com nada disso, hoje está preocupado, mas à época não se preocupou! Fez pior senhor Deputado, é que quando a atual maioria propôs em sede de Parlamento, a criação de uma cláusula de salvaguarda exatamente para limitar os aumentos deste imposto, o que fez o partido Socialista que Vossa Excelência integra? Porventura acompanhou as preocupações da maioria e votou favoravelmente esta proposta? Não! O partido Socialista, não acompanhou esta proposta! Mais ainda, senhor Deputado, a mesma maioria, apresentou em sede de Parlamento uma proposta, que tendo em vista a criação de uma terceira possibilidade do pagamento em prestação do IMI, para facilitar naturalmente, as dificuldades que as famílias atravessam. Porventura o partido Socialista, teve um assumo de responsabilidade e de preocupação social, e acompanhou os partidos da maioria nesta sua preocupação? Não! O partido Socialista, não votou favoravelmente de todo esta proposta. Oh! Senhor Deputado, eu posso-lhe dizer que não estamos a discutir isso, mas não posso é deixar de o confrontar, a si, perante a afirmação que fez, que sendo verdadeira, tem uma explicação e essa explicação reside única e exclusivamente no País. Quanto à insensibilidade social Senhor Deputado, insensibilidade social é desinvestir no apoio às famílias, é desinvestir nas políticas sociais de excelência que este Município tem levado a prática nesta última década, é desinvestir em infraestruturas ambientais que todos nos reconhecem, é gerir uma Câmara Municipal sem qualquer cuidados de sustentabilidade, é apenas olhar para o presente mas não olhar o futuro, isso é aquilo que nós naturalmente, não fazemos. E as receitas fiscais, senhor Deputado, neste quadro são naturalmente necessárias e são imprescindíveis. O senhor Deputado, também falou aqui de ausência de esforço e de falta de solidariedade deste Município. Deixe-me então confrontá-lo com o seguinte, dizia o senhor Deputado, Paulo Pinto, foi na ausência de esforço e falta de solidariedade desta Câmara Municipal! Oh! Senhor Deputado, vamos olhar aqui para perto de nós, não vamos fugir daqui da nossa região. Porventura é capaz de me dizer, qual é o índice de devolução fiscal da Câmara Municipal de Guimarães, gerida pelo partido Socialista? Eu vou-lhe dizer, o índice da devolução fiscal da Câmara de Guimarães, é de 43.75%, sabe o que é que isso significa, que é inferior à média dos Municípios comparáveis em Portugal. Guimarães, o exemplo Socialista, tem um índice de devolução fiscal abaixo de Famalicão, que já agora é de 54.50%, abaixo da média dos Municípios comparáveis mas é para o partido Socialista, um Município solidário, um Município com preocupações sociais e fiscais e, Famalicão, que tem efetivamente melhores taxas não é! Senhor Deputado, deixe-me também dizer-lhe, porventura, Guimarães tem por exemplo, taxas de DERRAMA melhores que Vila Nova de Famalicão? Não tem! Olhe! A DERRAMA para um volume de negócio de 250.000,00€ é 1.5% e como sabe aqui é 1.2%. Abaixo de 150.000.00€ em Guimarães paga 1.0%, aqui é isento. Mas claro está, Guimarães é

Socialista, nós percebemos, será sempre melhor que Famalicão, porque de facto, esse sectarismo esteve sempre presente no seu discurso. E podíamos também falar de Barcelos! -----

---Senhor Deputado, Domingos Costa, vou referir-me à sua proposta, a CDU faz aqui uma proposta de recomendação. Sabe que a fundamentação que nós tivemos, é de que o partido Comunista de facto, não pretende que a Câmara altere já neste ano e no próximo ano fiscal o IMI para uma taxa inferior, ou seja para uma taxa de 0.3%. Sabe porquê senhor Deputado, se nós aprovássemos a proposta de recomendação ela não tinha efeito prático nenhum. Oh! Senhor Deputado, se o senhor Deputado queria, se o partido Comunista queria, se o partido Comunista queria efetivamente já no próximo ano, os cidadãos famalicenses, as famílias famalicenses tenham uma boa redução do IRS, apresente uma proposta de alteração, apresente uma proposta alternativa, não venha com uma recomendação, não se esconda atrás da recomendação, tenha essa coragem de vir cá e ficava-lhe bem. E já agora, deixe-me também dizer-lhe o seguinte e naturalmente, nós vamos votar contra pelas razões que eu já expliquei, mas deixe-me acrescentar-lhe o seguinte, Vossas Excelências propõem uma taxa máxima de 1.5% para as pessoas coletivas com um volume de negócios acima de 500.000.00€, é um bom exemplo quando nós queremos incentivar a economia local, quando nós queremos aumentar a competitividade da economia local, quando nós queremos criar novos postos de trabalho, para não falar também na manutenção dos já existentes, de facto é um bom mecanismo, é elementar a tributação das empresas. E já agora, deixe-me também acrescentar-lhe ainda que não seja culpa da CDU, sabe que 500.000.00€ de volume de negócios, não significa exatamente 500.000.00€ de lucro. É porque eu posso ter volumes de negócios de 500.000.00€ e o outro 50.000.00€, e ter de facto depois um volume de negócio de 50.000.00€ e ter um outro de 70.000.00€. E como vê, de facto, esta proposta é de uma perfeita iniquidade.-----

---**ADELINO MOTA (BE)** – Em relação à forma como iremos votar este Ponto da Ordem de Trabalhos, dizer que é com alguma perplexidade que verifiquei, que por princípio e por norma sempre votei ponto por ponto, que agora temos uma proposta para votar tudo em conjunto. Espero que o bom senso permaneça e que sejamos capazes de resolver este problema, porque senão cria-nos aqui imensa dificuldade.-----

---Relativamente a este Ponto da Ordem de Trabalhos, eu vou ler uma proposta de recomendação que entreguei à Mesa para ser votada, que é do seguinte teor:-----

---“ O nosso país e em particular o concelho de Vila Nova de Famalicão atravessam a maior crise de que há memória. Milhares de famílias continuam a ver os seus rendimentos baixarem de uma forma muito significativa, em grande parte devido ao brutal aumento da carga fiscal. -----

---Considerando que o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) é um dos impostos que mais pesam sobre a economia de muitos famalicenses e aquele que mais custa a pagar, dado o valor em causa.----

---Considerando que as receitas da Câmara Municipal, provenientes do IMI aumentaram consideravelmente desde 2011, em resultado da reavaliação dos imóveis, tendo a receita camarária sido superior em cerca de 1 milhão de euros, do orçamentado em cada ano, só na receita do IMI. ----

---Considerando que uma ligeira redução do IMI nas receitas da autarquia não põe em causa a gestão financeira da Câmara Municipal, em virtude da anunciada “boa saúde” financeira do Município e em contrapartida irá ter um impacto bastante positivo na vida de muitas famílias famalicenses. -----

---O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que: -----

--- A Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 25 de setembro de 2014, recomenda à Câmara Municipal. -----

-1- A redução do imposto do IMI para 0,325% no ano de 2015 para os imóveis reavaliados. -----

-2- Que tome as medidas necessárias para que no ano de 2016 o imposto do IMI passe a ser o valor mínimo.”-----

---Agora depois de ler esta recomendação, o senhor Deputado do PSD, Jorge Paulo Oliveira, refere-se à proposta de recomendação da CDU e já disse que vai votar contra, não sei se é só por ser recomendação ou não ser proposta. Se for necessário nós tiramos a recomendação e pomos como proposta, a ver se o PSD vota favoravelmente. Ainda sobre esta questão, nós consideramos e referimos a questão do IMI, porque há necessidade de rever baixando no nosso ponto de vista a taxa do IMI. Consideramos que, o senhor Presidente na justificação da proposta diz que há necessidade de ajustar a realidade financeira do Município, e para lhe responder com palavras dele “há necessidade de ação social”. Nós entendemos que é verdade, é necessário responder à ação social, a Câmara por acaso, já fez algum estudo para verificar se muitas das famílias que pagam excesso de IMI, que pagam valores exagerados de IMI, não precisarão elas também do apoio social que a Câmara dá? É que era importante sabermos isto. Eu conheço uma família que paga IMI, nem o homem nem a mulher recebem um cêntimo de rendimento nenhum, não trabalham, estão desempregados, o subsídio de desemprego terminou, o subsídio de apoio social terminou e não tem RSI, mas têm que pagar IMI. Se calhar a Câmara é capaz na altura do Natal, ir lá levar-lhe um cabaz para eles comerem e não se preocupa com o dinheiro que os obriga a pagar no imposto IMI. Eu penso que, era importante refletirmos sobre isto, não vale a pena andarmos com muita demagogia e dizermos que precisamos de um Município fortalecido do ponto de vista económico para responder às questões sociais, quando a nossa política de impostos é uma política de tirar às pessoas. Ou seja, dá-se com uma mão para depois tirar com duas e depois andamos aqui muito preocupados com os pobres, mas a realidade é que entretanto a Câmara vai recebendo uma quantia de valor que poderia, na nossa opinião, ser dado às famílias não aumentando os impostos.-----

---Eu fiquei muito surpreendido com a intervenção do senhor Deputado do CDS, veio aqui tentar justificar, porque é que o IRS deve continuar a manter-se nos 5% para a Câmara Municipal e ouvimos todos os dias o Líder do partido dele dizer que é necessário baixar os impostos. Eu acho que há aqui uma contradição significativa, em que aqueles que dizem que querem baixar os impostos e ao mesmo tempo apoiam a Câmara Municipal que podia aliviar os impostos. Eu acho que, a demagogia e o populismo não tem sentido, é necessário nós sermos realistas, é necessário nós dizermos que queremos que continue porque esta é a nossa política. A nossa política fiscal é de que as populações têm que pagar os impostos, pagam o que nós entendemos que é justo e portanto, não andar cá com rodeios a tentar justificar o que no nosso ponto de vista, não é justificável.-----

---Em relação à DERRAMA, dizer que nós concordamos com a proposta da Câmara Municipal, por isso a nossa dificuldade na forma como iremos votar se isto for em conjunto. E também dizer que, o Bloco de Esquerda já há algum tempo que defende que a DERRAMA devia ter dois escalões. Temos algumas dúvidas que a solução possa ser a que a CDU apresentou, de qualquer das maneiras iremos votar favoravelmente a proposta da CDU. Agora vou-me referir às palavras do Deputado, Jorge Oliveira, esta proposta do ponto de vista ideológico parece-nos acertada. -----

---**DOMINGOS COSTA (CDU)** – É muito rápida a minha intervenção, mais porque me colocaram aqui uma questão e sobre a qual nos parece importante dizer o seguinte, quando nós sugerimos para as pessoas coletivas com um volume de negócios acima dos 500.000.00€, como é evidente ao fazermos esta proposta e é uma proposta de recomendação, não nos escondemos porque ela vai no sentido como o ano passado, não queremos disto fazer uma bandeira, nem bandeira em arco, não queremos fazer com que a Câmara mesmo que esta proposta viesse a ser aprovada pela Assembleia, não queremos naturalmente, que a Câmara fique vinculada a isso. A Câmara atende-a ou não, aliás e o contrário igual, em que há proposta feita e ponto final. Mas não deixamos de dizer e de referir, como critérios de justiça tributária e só por isso, para quem mais pode, para quem mais fatura porque está numa situação mais favorável relativamente àqueles que menos podem, àqueles que menos faturam e como tal, é mais que justo que se criasse aqui e se não for desta, numa próxima um escalão. Porque é lógico que a ter-se um volume de negócios de 150.000.00€ e outro de 500.000.00€, é muito diferente uma situação da outra, é ter-se o dobro, o triplo disso. -----

---Quanto ao restante, a questão do IMI, não vou repetir-me, mas eu creio que, todos nós estamos de acordo que é da maior importância esta redução. Era importante porque achamos, que a Câmara não tem necessidade nenhuma de amealhar estes bocados de dinheiro que são importantes para as famílias, a Câmara dada a sua situação não tinha necessidade e portanto, podia perfeitamente aqui aplicar a taxa mínima os 0,30%, principalmente nesta atual conjuntura em que todo o dinheiro que as famílias têm é pouco para o seu sustento. Portanto, fica a recomendação e penso que foi

esclarecedora a minha exposição.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Muito rapidamente, para esclarecer o senhor Deputado, Jorge Paulo Oliveira, não sei se sabe, julgo que sabe, mas quem ouviu a sua intervenção, fica realmente com a ideia de que a taxa do IMI em Vila Nova de Famalicão é o mínimo, mas não é senhor Deputado. A taxa em Famalicão neste momento e é o que vem na proposta, é de 0,35% e o limite pode ser 0,30%. Aliás, o partido Socialista, já em três anos, em reunião de Câmara que fez essa proposta. E a pergunta que falta saber, se realmente há preocupação social e há olhar para os famalicensees? Quanto é que esta diminuição de 0,5% representaria na poupança para os famalicensees, quanto isso iria ajudar os famalicensees para o seu dia-a-dia? -----

---Outra questão, falou aqui de Guimarães, há muitos exemplos a nível nacional, mas se calhar até seria importante compararmos com Braga e Barcelos a nível fiscal. Especialmente já vimos que a nível da água está com está. Porque isto é importante, senhor Deputado, falamos da boa saúde financeira do Município e apesar de irmos buscar um empréstimo de 1 milhão de euros para obras várias vezes, mas chega à altura quando a Câmara pode poupar, quando efetivamente pode poupar aos famalicensees, não poupa. Na questão do IRS, a Câmara de Ponte de Lima do CDS/PP, não sei se ainda está é verdade mas tinha uma taxa de IRS de 0%, certamente que Ponte de Lima a nível de apoio social está muito mal. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Eu pedia então aos Líderes dos Grupos Municipais, e se quiserem fazer-se acompanhar dos membros que fizeram parte da Comissão Permanente de Apoio à Mesa também o poderão fazer. Senhores Deputados, vamos reunir por uns breves minutos no meu gabinete e voltaremos a retomar a Ordem de Trabalhos. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhores Deputados, na reunião com os Líderes dos Grupos Municipais e com os membros da Comissão Permanente de Apoio à Mesa, chegou-se à conclusão que na verdade há dúvidas que fazem sentido em relação à redação deste Artigo 62, ou melhor, em relação à interpretação da redação deste Artigo 62, designadamente as dúvidas que eu coloquei, e houve um compromisso de entre todos os representantes de todos os Grupos, para que numa reunião muito próxima apresentem à Mesa uma norma interpretativa. O que é que isto é, é uma espécie de um regulamento e os senhores Deputados, vão dizer “entendemos que esta norma, para casos futuros deverá ser interpretada no sentido A, B, C e D”. E eu submeterei depois esse regulamento, ou essa norma interpretativa à votação na próxima sessão da Assembleia Municipal. Isto tem uma implicação, é que se esta interpretação vai ser alterada, quer dizer em princípio para futuro, eu não tenho nada habilitante que me permita alterar a interpretação do teor literal tal qual se me apresenta, e tal qual se me apresenta não permite a votação em separado. Mas chegamos já todos à conclusão, que haverá circunstâncias em que fará sentido que se vote em

separado no futuro. E portanto, hoje, o requerimento apresentado pelo senhor Deputado, do partido Socialista, será nessa medida por consenso indeferido, quer dizer por decisão da Mesa mas apreciado o consenso na reunião. Em reuniões futuras, os senhores Deputados tratarão de dizer como é que a Mesa deverá avaliar este Artigo 62. -----

---**CARLOS CARVALHO (CDS/PP)** – Relativamente a este ponto, incide sobre a questão do IRS que pelos vistos levantou aqui algumas questões. Eu reafirmo aquilo que disse, o único imposto onde está em causa uma gestão de equidade fiscal e de justiça social, e relembro que, realmente é como dizem, ninguém como o CDS quer menos impostos, menos impostos representa maior liberdade de escolha e maior economia. Agora, estamos em situações excecionais, é preciso criar, é preciso saber que caminho é que queremos traçar, que é ou apoiamos as pessoas, ou baixamos impostos. A situação é excepcional e nesta altura, não se pode fazer omeletes sem ovos e nós precisamos desses ovos para fazer o apoio social. Os motivos pelos quais estamos em situação excepcional, creio que são sobejamente conhecidos e creio que acima de tudo, a oposição os conhece bem e por dentro. Relativamente à questão de consagração penso que estamos esclarecidos. Nós não esquecemos as pessoas a favor de uma ideologia e deixaremos para trás as pessoas mais necessitadas e mais desfavorecidas. Senhor Deputado, agradeço-lhe a questão que pôs de Ponte de Lima. Ponte de Lima é uma Câmara que sempre foi governada pelo CDS. Ponte de Lima, ao longo dos anos foi acumulando receitas, foi acumulando rendimentos que lhes permitiu fazer depósitos a prazo para fazer face a estas situações excecionais. Ou seja, é uma política anticíclica, quando mais eles precisam, têm esse dinheiro posto de parte e não endividaram o País, não endividaram o Concelho, não endividaram as pessoas e agora poderem fazer face a essas situações excecionais. Caso contrário é o que temos em Famalicão, quando a Coligação pegou na Câmara, nós tínhamos uma dívida que eram precisos dois Orçamentos para pagar uma dívida, eram precisos dois anos de receita, depois passou para um ano, depois passou para seis meses, depois passou para dois meses e agora temos prazos de dias e vamos pagando sempre aos nossos fornecedores, e acima de tudo, uma gestão financeira equilibrada. Mas também convém lembrar ao PS, que o Porto se indignou bastante pelo facto de o Rui Rio vejam lá, de o Rui Rio ter gasto depósitos, então no Porto dizem vamos gastar, mas depois nesta altura de apoiar as pessoas, ficam naquele caminho de quem quer apoiar mas é preciso dinheiro. Nós precisamos dessa pequena recolha coletiva para apoiar os mais desfavorecidos, portanto, daqui não vejo nenhuma incongruência da parte do CDS. E agradeço acima de tudo, o bom exemplo que deu de Ponte de Lima. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado, Paulo Pinto, o senhor Deputado de facto, não negou, não contestou, não reclamou da veracidade daquilo que eu aleguei e por isso, não fez sequer qualquer esforço em desmentir as razões subjacentes ao aumento da receita do IMI, fez bem. De

igual modo, o senhor Deputado, Paulo Pinto, tentou defender naturalmente, o seu Grupo Municipal e o partido que integra, mas não negou, não contestou, não reclamou, não contrariou o excelente posicionamento que a Câmara e o Município de Vila Nova de Famalicão detém em termos de índice de devolução fiscal, não contestou. E nesse socorro e no limite disse, - bom! O senhor comparou com outros Municípios! - Mas podíamos comparar com muitos outros é evidente, nós temos sempre que comparar Municípios que sejam comparáveis à realidade de Vila Nova de Famalicão. Certamente, não quererá comparar Vila Nova de Famalicão com Lisboa, ou então com Municípios mais pequeninos, como Vila Franca de Xira, ou Municípios mais do interior, que não têm nem a nossa dimensão, nem as nossas possibilidades. Mas pediu-me compare com Braga, então vamos lá comparar. Braga, IMI, igual a Vila Nova de Famalicão, 0,35%. DERRAMA, para um volume de negócio de 150.000.00€ a taxa é 1.5%, em Vila Nova de Famalicão é 1.2%. Para volume de negócios superiores a 75.000.00€ e inferiores a 150.000.00€ é 1.0%, em Vila Nova de Famalicão está isento como sabe. Como vê até o exemplo que pediu para comparar não foi muito feliz. -----

--- POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA:-----

- DEFINIÇÃO EM 0,35% DA TAXA A INCIDIR SOBRE OS PRÉDIOS URBANOS PARA EFEITOS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, REFERENTE AO ANO DE 2014 A SER COBRADO EM 2015.-----

- DEFINIÇÃO EM 5% DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2015. -----

- LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA DE 1,2%, SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2014.-----

- ISENÇÃO DE UMA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2014, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NO ANO ANTERIOR QUE NÃO ULTRAPASSE 150.000,00 €, NOS TERMOS DO N.º 4 DO ARTIGO 18.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR E DOZE VOTOS CONTRA. -----

---CARLA FARIA (PS) – Apresentou declaração de voto que é do seguinte teor: -----

---“ Pela 1ª vez, é englobado num único ponto, a discussão e votação de impostos tão diferentes, com alcances e objetivos tão distintos. Esta nova e engenhosa versão da intitulada “Lei da Rolha”, pretende não só criar confusão, como impedir a correta diferenciação e discussão de assuntos tão distintos que apresentam uma relevância primordial para todos os famalicenses. O Partido Socialista

não trata por igual o que é desigual, e como tal tem entendimentos e posições diferentes relativamente às 4 questões que foram colocadas, como aliás o tem demonstrado ao longo dos últimos anos e o demonstrou mais uma vez durante a discussão deste ponto. A crise económica sem precedentes que vivemos, teve como resultado que as famílias e empresas famalicenses, enfrentem hoje grandes dificuldades. A Câmara Municipal deve ser solidária e partilhar os sacrifícios com os seus munícipes, utilizando os instrumentos da sua “política fiscal” para realmente minorar o impacto da crise nos orçamentos das famílias e empresas. Relativamente á taxa do IMI, cujas receitas continuam a aumentar, e da participação no IRS, em que continua a ser aplicada a taxa máxima, não é o caso, o que nos leva a votar contra ambas as taxas. Relativamente ao valor da derrama, ao contrario das afirmações da Câmara, a sua aplicação é afinal um fim e não um meio, pois a sua aplicação não tem em conta a criação de condições para a dinamização da economia local, do investimento e do emprego. Se tivesse a sua excecional aplicação nesta conjuntura seria criteriosamente justificada com a descrição de medidas concretas e credíveis para promover a economia local, o investimento e o emprego. -----

Como tal não acontece, não podíamos votar favoravelmente. Relativamente à isenção de derrama, dos sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse os 150.000€, logicamente que votamos favoravelmente, aliás em concordância com o que sempre defendemos e as propostas que apresentamos, que serviram de mote a esta Câmara. Estes são os nossos verdadeiros sentidos de voto”. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA PELA CDU RELATIVAMENTE ÀS TAXAS DO IMI E DA DERRAMA, FOI A MESMA REJEITADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS CONTRA E DOIS VOTOS A FAVOR. -----

---ADELINO MOTA (BE) – Vou aproveitar esta oportunidade em relação à proposta de recomendação da CDU, dizer que votei favoravelmente, porque ela corresponde de alguma forma à proposta de recomendação que o Bloco de Esquerda apresentou, e que por informações recolhidas pela Mesa não é posta à votação porque não cumpre o Regimento da Assembleia Municipal. Ficará aqui a promessa de que o Bloco de Esquerda, na próxima Assembleia Municipal trará cá a proposta de recomendação. -----

---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – Queria só dizer aos senhores Deputados, que chegamos às três horas de sessão, mas o senhor Presidente da Câmara tinha-me já interpelado, chamando a atenção para a extrema importância da deliberação do Ponto Quarto da Ordem de Trabalhos, por isso eu estava a manter a sessão. Eu peço ao senhor Presidente que justifique essa

importância, se os senhores Deputados não virem nessa urgência razão justificativa, terei que pôr a votação, tal qual o Deputado Jorge Oliveira sugeriu. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Presidente, muito rapidamente, para que de facto se tivermos a anuência dos senhores Deputados para votarmos o Ponto Quarto, a Câmara retiraria os restantes pontos da Ordem de Trabalhos. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Retirar os pontos da Ordem de Trabalhos suponho que não poderão ser retirados, porque foram agendados----- em Ordem de Trabalhos e remetido a cada um dos senhores Deputados, e deles terá que haver deliberação. A melhor nota interpretativa da Mesa é que quando a Câmara Municipal delibera, esgota-se aí o seu poder deliberativo, sendo remetida para a Assembleia Municipal a proposta e distribuída aos senhores Deputados terá que ser deliberada em Assembleia Municipal, parece-me senhor Presidente. Até porque a ordem de Trabalhos só pode ser alterada por votação do plenário e estamos a falar de alteração, o que o senhor Presidente propõe é a supressão de pontos da Ordem de Trabalhos, isso francamente, eu julgo que seria ilegal. O que eu faria se o senhor Presidente e os Grupos Municipais não vissem inconveniente, era para já deliberar o Ponto Quarto da Ordem de Trabalhos e para uma próxima sessão, que seria agendada em data a acordar, continuaríamos os restantes pontos da Ordem de Trabalhos. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – A razão deste meu pedido de retirar as propostas é que eu interpretei que a Câmara, como autora das propostas teria esse direito, mas não quero estar a entrar nesse debate jurídico. A questão é muito simples, os outros pontos não revestem nenhuma premência que justifique a marcação de uma continuação desta Assembleia, a nossa sugestão passaria para que os mesmos fossem relegados para a próxima reunião ordinária. E portanto, dispensaríamos os senhores Deputados de vir a uma Assembleia para debater um conjunto de pontos que nós não refutamos urgentes e podiam perfeitamente ser relegados para esse momento. É a única razão que está subjacente a esse nosso requerimento. -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Eu percebo o argumento do senhor Presidente, na verdade a Câmara apresenta a proposta e deveria ter direito a retirar. Sucede que, como muito bem sabemos, as deliberações em reunião de Câmara são deliberações plurais, onde participam Vereadores de vários partidos e a decisão do Presidente neste momento, é a decisão do Presidente em retirar as propostas. Eu vou dar a palavra a cada um dos Líderes Municipais, sobre se entendem que, ponto um, sendo obrigatória a deliberação unânime dos Deputados para se alterar a Ordem de Trabalhos, se será admissível a decisão da Mesa sem pronúncia dos Deputados, retirar-se ou seja, de não se submeter a deliberação e a discussão pontos específicos da Ordem de Trabalhos. Eu pedia que na apreciação que fizessem, dessem a indicação da respetiva disposição legal. -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Presidente, não irei fazer menção à disposição legal, irei fazer menção àquilo que tem sido uso, já não é a primeira vez que a Câmara retira propostas da Ordem de Trabalhos. Penso que, a não ser que cometa aqui um grande lapso do qual peço desde já desculpa, no início desta sessão a Câmara Municipal retirou o Ponto Décimo e foi aceite essa retirada. Penso que a mesma lógica, obriga diria que aceitássemos a retirada dos demais.-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – O senhor 1º Secretário chama-me a atenção para o facto que reforça a posição do senhor Presidente de Câmara. É que na verdade, eu fiz o anúncio no início desta sessão, do ofício do senhor Presidente de Câmara retirando o Ponto Décimo da Ordem de Trabalhos e portanto, facto é que no início desta Ordem de Trabalhos, já por decisão da Câmara se retirou um Ponto e portanto, assim sendo por coerência poderei retirar estes. Não invalida assim o que eu referi a propósito, mas assim foi. Se mais nenhum senhor Deputado pretende usar da palavra, tendo em conta o precedente, eu aceitaria a sugestão do senhor Presidente de Câmara e retirarei os outros Pontos da Ordem de Trabalhos, e discutiremos e deliberaremos sobre o Ponto Quarto. Algum senhor Deputado tem alguma coisa a opor? Nenhum senhor Deputado tem nada a opor. Vamos então entrar no Ponto Quarto da Ordem de Trabalhos.-----

---**QUARTO PONTO** - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização de celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências anexo, nos termos da respetiva proposta. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ANEXO, NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.**-----

---**APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.**-----

Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

---Para este período não houve inscrições por parte do público, e nada mais havendo a tratar passou-se à chamada final, sendo dada a reunião como encerrada à uma hora do dia seguinte.-----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**O SECRETÁRIO**-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

